

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional

Ano VII

Nº 194

De 11 a 24 de outubro de 1984

Cr\$ 500,00



1984:
pelo fim
da
ditadura



1981:
o PT se define
pelo socialismo



1982:
em defesa
do voto classista

PT reafirma boicote ao Colégio Eleitoral

Os partidos da oposição burguesa e as correntes conciliadoras do movimento operário continuam a pressionar o PT para que ele abra mão da luta pela democracia e pelos interesses dos trabalhadores, apoiando a candidatura burguesa e conservadora de Tancredo. Alguns parlamentares do partido aderem a esta campanha. Reagindo a estas pressões, a Executiva Nacional e o Diretório Regional paulista tomaram importantes decisões no sentido da reafirmação das oposições classistas que caracterizam o PT desde o seu nascimento. Págs. 4 e 5

Especial

36º

Congresso da UNE

Nesta edição, um encarte sobre a política dos estudantes petistas para derrotar a conciliação e o aparelhismo na entidade máxima dos estudantes (págs. 7 a 10).



Em primeira mão

Bolívia

Diretamente de Cochabamba, a cobertura e a avaliação do VI Congresso da Central Operária Boliviana. (págs 14 e 15)

Editorial

O movimento operário

A consolidação da candidatura Tancredo no Colégio Eleitoral e o sucesso da burguesia em barrar a continuidade da luta pelas diretas colocam para os trabalhadores um grande desafio: combater a transição burguesa e avançar na construção de sua alternativa de classe.



EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Hélder, Carlos Henrique Áraabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Sérgio Moura, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Américo Antunes - Reg. MTPS Nº 2769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP 05414 Fone: 852-8880 - CGC 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. Guajajaras, 329 - Sala 12 - CEP 30.000; Porto Alegre: R. Fernando Vieira, 618 - loja 4 - Bom Fim - CEP 90.000; Rio de Janeiro: R. Senador Dantas, 117 - sala 1414 - CEP 20031; Vitória: Caixa Postal 1427 - CEP 29000; Natal: Caixa Postal 1550 - CEP 59072; Campinas: Caixa Postal 5010.

O regime militar entra em sua fase final. Os principais setores da classe dominante confluem para o apoio à candidatura de Tancredo Neves à presidência da República e o projeto de transição que ele viabiliza.

A derrota do projeto da ditadura em perpetuar-se no poder evidenciando-se no deslocamento de grande parte de sua base de sustentação para o apoio a Tancredo e na divisão no interior do regime, que o impede de coesionar suas desgastadas forças no apoio a Maluf.

A aceleração da crise da ditadura, o seu enfraquecimento e divisão impedem que o núcleo dirigente desenvolva iniciativas vigorosas no campo político. Entretanto ele é suficientemente forte para condicionar os marcos onde se desenvolve o processo de transição burguesa para uma nova forma de dominação. O Colégio Eleitoral é o cenário ideal para as diferentes frações da burguesia negociarem as "mudanças" necessárias, distantes das mobilizações das massas trabalhadoras e reforçando a sua marginalização.

Isto é evidente, por exemplo, nas notas lançadas no dia 21 de setembro pelos Altos Comandos do Exército e da Aeronáutica que ressaltam sua "preocupação" face a quatro questões:

- "a crescente e preocupante radicalização política, com o apoio ostensivo das organizações clandestinas de esquerda";
- "a utilização, na campanha presidencial, de calúnias, difamações e ofensas pessoais de toda natureza, numa escalada de âmbito nacional";
- "a campanha de descrédito contra as autoridades civis e militares, conduzida com o objetivo de desacreditá-las perante a sociedade e dividi-las";
- "a evidência dos riscos que a radicalização pode representar para a estabilidade do processo sucessório e para o próprio êxito do projeto de abertura política".

PMDB, o partido da transição

O PMDB, acaudilhado por seu setor mais conservador e refratário a qualquer ação extra-parlamentar, se transformou no partido da transição. Seu curso para a direita, evidente desde as eleições de novembro de 1982, foi apenas momentaneamente arrefecido pela pressão do movimento de massas na campanha pelas diretas. Mas após a derrota da emenda Dante de Oliveira, a ala mais conservadora do partido consolidou de modo esmagador a sua hegemonia, subordinando até setores com uma tradição de maior combatividade. O grupo Só Diretas, que chegou a abarcar 62 deputados foi quase todo cooptado pela candidatura Tancredo.

As convenções partidárias que definiram as candidaturas de Maluf e Tancredo reforçaram a dinâmica conservadora do PMDB, que prioriza apenas as alianças com os setores em ruptura com o PDS. Hoje a candidatura Tancredo abarca o apoio de figuras notórias do regime militar, como o ex-presidente Geisel, de José Sarney, ex-presidente do PDS, do vice-presidente Aureliano Chaves, e até de Antônio Carlos Magalhães, o popular "Toninho Malvadeza", ex-governador da Bahia e um dos pilares da

reação nas últimas décadas. Estas figuras reacionárias compõem um leque que abarca Cláudio Lembo, Wellington Moreira Franco e o governador do Ceará, Gonzaga Mota; o conjunto do PMDB, inclusive as correntes stalinistas (PCB, PC do B e MR-8); os setores do PDT e do PTB que não foram comprados por Maluf; e alguns parlamentares do PT (Ailton Soares, José Eudes, Sérgio dos Santos e Marco Aurélio Ribeiro).

Esta base de sustentação política de Tancredo expressa o sólido apoio que ele está recebendo nos meios empresariais: Antônio Ermírio de Moraes (do maior conglomerado industrial nacional, Votorantim), Olavo Setúbal (Itaú), Abílio Diniz (Pão de Açúcar), Walter Moreira Salles (Unibanco), Gastão Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo), além, de empresários de menor porte mas representativos como José Midlin (Metal Leve), Dilson Funaro (Trol), e Paulo Francini (Radiofrigor).

Tancredo: para unir a burguesia

A candidatura de Tancredo ao Colégio Eleitoral não pode, portanto ser caracterizada como uma candidatura de oposição à ditadura. Ela se propõe a ser uma candidatura de "união nacional", isto é, de unidade da burguesia. É a tentativa, frente à desagregação da ditadura, de compor a unidade burguesa sob uma nova hegemonia, sob um novo projeto.

Ela deve ser caracterizada como uma candidatura que opera a transição do regime, da forma de dominação atual, a ditadura militar. Apesar de eleita no Colégio Eleitoral ela se apoia em uma base política diversa dos governos da ditadura militar. Assim, a candidatura Tancredo não deve ser caracterizada como simples continuidade da ditadura militar.

A candidatura Tancredo não tem nem mesmo o caráter de uma frente popular, isto é, uma candidatura com a dinâmica dada por uma aliança entre forças da burguesia e correntes do movimento operário, O PCB, o PC do B e o MR-8, seja são extremamente minoritários no PMDB, são marginais na frente PMDB/PDS, que dá sustentação à candidatura Tancredo.

A força da candidatura Tancredo está na sua capacidade de compor as diversas expressões da burguesia. Maluf não pode polarizar contra Tancredo, a hostilidade militar ou da grande capital.

Tancredo não representa nem democracia nem mudança. Seus compromissos democráticos são extremamente atrasados: diretas só em 1987 ou 1988, não à Constituinte mas reformas no Congresso, manutenção do aparato de repressão e do fundamental da legislação repressiva. Por outro lado, Tancredo não romperá com o FMI e manterá no fundamental, a política do arrocho e desemprego.

A candidatura Maluf, por sua vez, representa um projeto de continuidade da ditadura militar. Ela carrega contra si todo o peso da crise da ditadura militar: o imenso desgaste frente à maioria da população e a incapacidade de coesionar o PDS, as Forças Armadas, a burguesia.

A partir daí e para justificar a adesão à candidatura Tancredo, seus apoiadores procuram caracterizar a candidatura

e a transição burguesa

Maluf como a ascensão do fascismo. Tal caracterização carece de qualquer base científica e só confunde as tarefas colocadas para o movimento operário, que é a de organizar uma alternativa às opções burguesas colocadas — a conciliação e a continuidade da ditadura militar.

A situação do movimento operário

Assistimos neste ano a uma formidável confirmação da continuidade do ascenso operário iniciado com a grande vaga grevista dos anos 78/80. Cerca de um milhão e meio de trabalhadores já foram à greve em resposta à aceleração do arrocho salarial e do desemprego. Este novo ciclo grevista, além de conquistas parciais importantes saldos organizativos, levou a que o Decreto-lei 2065 fosse colocado abaixo na prática para um sem número de categorias de trabalhadores. Em São Paulo o processo de greves e manifestações de bóias-frias abriu um novo horizonte de lutas para uma das camadas mais exploradas do proletariado brasileiro.

Estas lutas se expressam no fortalecimento da organização independente dos trabalhadores, em particular do sindicalismo classista e da CUT.

À medida em que se definem os projetos burgueses — através das candidaturas Tancredo e Maluf — vai se tornando mais clara a necessidade de expressar toda a combatividade dos trabalhadores nas lutas sociais em um projeto político global, em uma alternativa operária e popular à crise da dominação burguesa e do capitalismo brasileiro. É esta colocação que deve nortear a nossa intervenção na conjuntura.

Foi a ausência desta orientação que neutralizou o movimento operário independente, particularmente após o 25 de abril.

À medida que o PMDB foi se definindo pela participação no Colégio Eleitoral e se consolidando no seu interior a candidatura Tancredo, o PT viu invertido o significado de sua postura como “ala esquerda” da frente com os partidos de oposição burguesa. Se antes se tratava de um movimento de massas contra a ditadura, agora tratava-se da organização da conciliação com o regime, de participar a reboque de uma candidatura burguesa conservadora.

O fato de a proposta de apoio a uma candidatura única das oposições ter sido defendida em dado momento pelos principais dirigentes do partido põe a nú as debilidades da participação política do partido na primeira fase da campanha. O abandono desta posição, a defesa do boicote ao colégio eleitoral e o repúdio a Tancredo-Sarney revelam que o PT, apesar de suas debilidades, continua a ser a única referência de independência política da classe trabalhadora.

Chantagens e ilusões

E sobre o PT repousa a responsabilidade de organizar a resposta dos trabalhadores não apenas à traição da burguesia à luta pelas diretas-já, mas também, às tentativas de envolvê-los na sustentação de um futuro governo Tancredo.

As massas trabalhadoras não têm ilusões de que um governo Tancredo seja qualitativamente diferente do atual governo. Mas as correntes reformistas estão desenvolvendo uma intensa campanha, dentro do movimento operário e popular, para ganhar apoio a Tancredo e ao projeto de transição que ele representa. Utiliza-se para isto todo tipo de argumentação do reforço às ilusões democráticas à chantagem.

“Tancredo é o que consegue aglutinar os sentimentos das oposições e não trará o revanchismo”, afirma Antônio Rogério Magri, o pelego do sindicato dos eletricitários de São Paulo. Para Ivan Piniheiro, dos bancários do Rio, é “uma possibilidade de mudança, uma maneira de se conseguir as eleições diretas”. “É uma porta aberta para uma perspectiva nova para o país, que precisa de mudanças”, afirma José Monrevis, do sindicato dos professores do Rio. Ou ainda, como afirma a Contag, “o único caminho viável no momento para evitar uma vitória do deputado Paulo Maluf no Colégio Eleitoral”. E, por fim, João Paulo Pires de Vasconcelos, dos metalúrgicos de João Monlevade e da executiva nacional da CUT defende o apoio a Tancredo no Colégio Eleitoral sob o argumento de que “é burrice perder espaço político”. Até mesmo o deputado Airton Soares faz eco, dentro de nosso partido, a esta orientação, quando afirma, em um programa de televisão, que o essencial, neste momento, é eliminar as imperfeições do regime (que já é democrático) e que o “Doutor Tancredo” é o nome ideal para cumprir esta tarefa.

O projeto Tancredo

Tancredo coesiona a classe dominante em torno de um projeto político mais definido, que estrutura um novo regime político, uma nova forma de dominação burguesa. Por isso mesmo, ocupa lugar de destaque uma política para o movimento operário e popular. Em um discurso pronunciado a empresários paulistas, Tancredo Neves defendeu enfaticamente a necessidade de um novo pacto social. Para ele, poderão surgir “problemas perturbadores” se a transição não conseguir passar “de um pacto trabalhista compulsório” para um “pacto trabalhista de padrão democrático”. Ele deixou claro que é necessário “um diálogo cada vez mais freqüente e objetivo entre empregadores e empregados” (FSP - 9 de outubro).

O sentido desta política é claro e ilustra o tipo de pressão que o PT sofrerá. Se hoje acusam-nos de fazer o jogo do Maluf por boicotarmos o Colégio Eleitoral, amanhã a pressão sobre o PT será para que ele contenha o movimento operário e popular para garantir a estabilidade democrática.

É evidente que, face à relativa fragilidade das correntes reformistas, qualquer proposta de “pacto social” será ineficaz se não tiver o PT como interlocutor, na sustentação do novo regime.

A política que definirmos hoje deve ter presente este horizonte. O boicote ao Colégio Eleitoral deve ser visto não apenas como um repúdio à traição da burguesia à luta pela democracia e à conciliação das elites, marginalizando as massas trabalhadoras, mas também rechaço



Tancredo Neves: uma opção para a burguesia

a seu envolvimento na sustentação de um futuro governo Tancredo.

A situação defensiva do movimento operário no plano político é fruto da incapacidade do PT, no último período, em avançar na construção de uma alternativa operária e popular à transição burguesa e à crise social.

Por uma política de classe

A transição controlada exigirá do PT e do conjunto do movimento operário e popular uma atuação política que desenvolva a conscientização a organizações dos trabalhadores. Afinal, nesta transição não estão contemplados reivindicações básicas como o desmantelamento do aparato repressivo, liberdade de organização política e partidária, liberdade e autonomia sindical. Que democracia pode existir sem essas reivindicações atendidas?

A atribuição de poderes constituintes ao Congresso é a alternativa de Tancredo à convocação de uma Assembleia Constituinte Livre Soberana e Democrática. Uma arremedo de democracia só

pode ser sacramentado por um arremedo de Constituinte, de deve ter o nosso repúdio.

Caberá ao PT, em primeiro lugar, e ao movimento operário e popular em geral, a mobilização, a luta por todas essas bandeiras democráticas. Luta que é importante agora e depois do desenlace da sucessão.

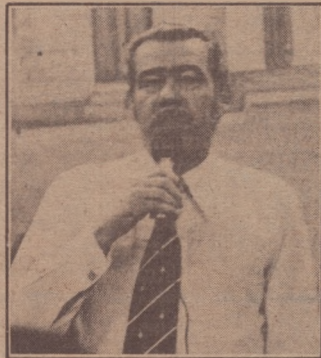
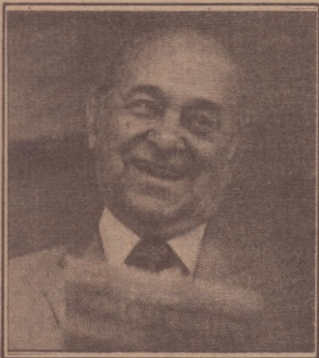
Ao lado das lutas democráticas, a reivindicação do atendimento da pauta estabelecida pela CUT tem que ser fortalecida. Pauta que tem na greve geral o instrumento chave de luta.

A luta por essas reivindicações, se desenvolvendo desde hoje dá ao movimento operário e popular uma força mais intensa para não esmorecer e para cobrar também amanhã o que nos negam hoje.

Neste processo de lutas vai ficar cada vez mais claro o papel da transição capitaneada por Tancredo, articulando a burguesia e defendendo os seus interesses. O que deixará para todos os explorados do país a convicção que tem de gerar uma alternativa própria, operária e popular, para comandar os destinos do país.

Tancredistas desrespeitam decisões das entidades

Joaquinzão e a maioria da diretoria da UNE passam por cima das decisões tomadas pelas instâncias de base e dão a mão a Tancredo.



Tancredo e Joaquinzão:
"bravos companheiros"

A julgar pela recente visita de Tancredo ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e pelo último jornal Nossa Voz da UNE, estas duas entidades já formariam hoje um sólido apoio à caminhada tancredista ao colégio eleitoral. Mas observando bem, veremos que uma coisa é o apoio (e as traças) de parte das diretorias dessas entidades e outra, bem diferente, é a posição de suas reuniões de base mais representativas.

Com o pé direito

Através do pelego Joaquinzão, considerado por Tancredo como "bravo companheiro", os tancredistas acertam o primeiro chute, de pé direito, na vontade majoritária das bases metalúrgicas de SP. Desrespeitando o último congresso dos metalúrgicos paulistas, que decidiu pelo repúdio ao colégio eleitoral e por manter a luta pelas diretas-já, Joaquinzão declarou, pela TV, o apoio dos metalúrgicos a Tancredo. Dois dias depois recebe, em clima festivo, o seu candidato.

Nem por isso Tancredo cedeu um milímetro no seu compromisso conservador. No seu discurso, calorosamente aplaudido por uma platéia levada pela Secretaria Estadual do Trabalho e pelo PC do B, não assumiu qualquer compromisso com as mais elementares reivindicações dos trabalhadores. Ao contrário, chegou a exaltar o clima de liberdade do país, afirmando que "todos os direitos políticos es-

tao assegurados na Constituição".

Com o pé esquerdo...

De modo equivalente, seguindo o exemplo do Joaquinzão, a maioria da diretoria da UNE brada na última edição do jornal da entidade: "Neste momento, a tarefa... é a de fortalecer a candidatura única das oposições, que hoje se expressa na candidatura do ex-governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. O que está em jogo é o poder político, é a continuidade do regime militar versus a conquista da democracia".

Essa posição, difundida em nome da UNE, no seu jornal oficial, é radicalmente contrária à que estudantes de todo o país aprovaram no V Conselho Nacional de Entidades de Base, realizado no final de agosto. Nesta ocasião, os estudantes se posicionaram pelo boicote ao colégio eleitoral, por diretas-já e pelo repúdio à candidatura Tancredo-Sarney.

Sem se contentar com "apenas" esta falcatrua, acrescentam mais uma: Tancredo agora é o meio de se conquistar a democracia! Não bastassem as próprias palavras de Tancredo de que já existe democracia no país — "todos os direitos políticos estão assegurados na constituição" — perguntaríamos apenas como se está "conquistando" a democracia na própria campanha de Tancredo, nos comícios da Aliança Democrática. Qual o direito dos partidos reprimidos pela lei ditatorial de levantarem suas bandeiras nestes comícios?

Executiva Nacional do PT reafirma boicote ao Colégio

Por discordar da posição, Airton Soares colocou o seu cargo de líder da bancada do PT na Câmara à disposição. Já o deputado Sérgio dos Santos, por causa de uma longa série de posições e encaminhamentos anti-partidários, foi politicamente expulso do partido pelo Diretório Estadual de São Paulo.

Depois de um longo período de divergências com o partido, o deputado federal Airton Soares (SP) colocou seu cargo de líder da bancada federal à disposição na última quarta-feira. Mas a bancada, reunida em Brasília, por maioria de votos, confirmou a sua permanência na liderança.

As divergências vinham se dando principalmente na questão sucessória, a partir do momento em que Airton passou a destoar, e em seguida até mesmo a criticar publicamente, a deliberação tomada em pré-convenção nacional no sentido do PT lutar pelo boicote ao Colégio Eleitoral.

No fim de semana passado, numa reunião da Executiva Nacional do Partido realizada em São Paulo, estes problemas foram enfim discutidos. A Executiva decidiu ainda submeter à próxima reunião do Diretório Nacional, antecipada para o dia 20 e 21 de outubro, a proposta encaminhada por Airton de convocação de uma nova pré-convenção para discutir a posição do PT frente ao Colégio Eleitoral.

Em reunião realizada no último dia 7, a Executiva Nacional do partido criticou as posições que o deputado Airton Soares vem assumindo publicamente de defesa da candidatura Tancredo. Airton chegou a colocar o seu cargo de líder do partido à disposição, mas foi confirmado por decisão da maioria da bancada na Câmara.

Segundo o Secretário-geral Francisco Weffort a proposta de convocação desta nova pré-convenção não deve ser entendida como sinal de mudança de posição no interior da Executiva: "há por certo companheiros na Executiva que pes-

soalmente têm uma posição diferente da adotada pelo partido; mas a maioria do órgão continua firmemente convicta da justeza de nossa posição a qual, antes de mais nada e até segunda ordem, é e continua sendo a posição oficial do partido".

No entanto, argumenta Weffort, "é um direito dos companheiros que pensam como Airton, é um direito daquilo que parece ser uma minoria, tentar mudar a posição vigente. "Mais do que isso, o secretário — geral insiste também nas virtudes que, a seu ver, a provável reafirmação da atual política trará: "Consolidaremos nossa posição frente aos dados novos da conjuntura, rearmaremos a militância para tirar todas as consequências políticas desta posição que usamos empunhar, daremos atualidade à legitimidade de nossa política".

Weffort vê ainda uma outra razão que também não lhe parece desprezível. Ele argumenta que como qualquer política esta também tem seus riscos, e seria muito fácil, na eventualidade de algum problema futuro, que certos setores arrependidos pudessem posteriormente acusar a direção de falta de sensibilidade frente à mudança de conjuntura.

Outros encaminhamentos

A reunião da Executiva Nacional tratou ainda de dois outros problemas. No caso de Sergipe, onde parte da direção regional do partido, com Marcelo Bonfim (membro do Diretório Nacional pelo Estado) à frente, resolveu integrar-se à campanha tancredista ostensivamente, a Executiva decidiu encaminhar ao Diretório Nacional a proposta de levar o

caso a exame da Comissão de Ética.

E, a nível interno, a Executiva decidiu ainda pelo remanejamento que colocou agora o ex-dirigente sindical cassado Paulo Azevedo na direção da Secretaria Sindical Nacional.

O fim de semana passado também esteve denso de discussões no Diretório Regional paulista. A questão central era o caso do deputado Sérgio dos Santos, também de longa data em divergência ostensiva com o partido. No caso de Sérgio a questão ia além de uma posição política pessoal sobre a sucessão e entrava pelo caminho do apoio a chapas sindicais pelegas, total falta de contribuição financeira com o partido, manipulação de cargos e regalias da Segunda Secretaria da Assembleia Legislativa em total divergência com os critérios partidários, além de frequentes e ostensivos ataques ao partido pela imprensa.

Sérgio Santos desligado

Sérgio praticamente já vinha se colocando fora do PT até mesmo recusando-se a responder as solicitações da direção. Diante do caso não restava outra alternativa senão o desligamento do deputado do partido. E foi o que se deu, uma medida pública de caráter político, materializada através de uma nota que para todos os efeitos políticos, torna daqui para frente o deputado fora das fileiras do PT. Juridicamente Sérgio ainda é filiado e permanece no gozo de seus direitos legais. Não se optou pela expulsão porque, além de incerta e difícil no plano legal, ela redundaria na perda do mandato parlamentar do deputado, caso aprovado em última instância judicial.

Atos terroristas em São Paulo

Em São Paulo, em menos de um mês, três ações de terror clandestino: o incêndio do teatro da PUC de São Paulo, ocorrido coincidentemente no mesmo dia de sua invasão há anos atrás pelas tropas do coronel Erasmo Dias; a invasão e depredação da sede da Convergência Socialista e o incêndio de um teatro

onde seria proferida uma palestra no aniversário da morte de Che Guevara.

A seguir, publicamos o relato da depredação sofrida pela sede da Convergência Socialista, de acordo com a própria nota emitida pela Editora. Aos companheiros atingidos toda a nossa solidariedade.

Na madrugada do dia 16 de setembro, foi invadida e assaltada a sede da ACS Editora Ltda., na rua Machado Bittencourt em São Paulo, responsável pela edição do jornal semanal Convergência Socialista e de seu suplemento Alicerce da Juventude Socialista.

De acordo com o senhor Nelson Pereira, testemunha ocular e vigia do edifício Elisabeth Parasma, localizado na mesma rua, a invasão ocorreu às duas horas da madrugada e foi levada a cabo por quatro homens, bem trajados, ocupantes de um Voyage preto que permaneceu por longo tempo estacionado em frente à

Editora.

Os ocupantes que entraram e saíram várias vezes da Editora, realizaram a invasão derrubando uma das janelas dos fundos e, sucessivamente, todas as suas portas internas, também trancadas, valendo-se para isso de um pé-de-cabra, como ficou claro pelo estado de destruição desses compartimentos. O estado das distintas salas de trabalho davam mostras do grau de selvageria da ação e também da despreocupação dos invasores em deixar evidências de sua passagem. Escrivatinhas arrombadas, gavetas abertas, papéis pelo chão, arquivos destruídos.

Pelas suas características e pelo tipo de material levado pelos invasores, fica claro que não se trata de ação de ladrões ou criminosos comuns. Esse tipo de investida tem caracterizado a ação de grupos ligados aos órgãos de repressão do regime militar e não mais sob a fachada legal, mas sob a clandestinidade que marcou também os atentados como os que atingiram a OAB-RJ, o Rio-Centro e, mais recentemente jornais da imprensa independente como o Voz da Unidade com a prisão de seus dirigentes, o Hora do Povo e o Tribuna da Luta Operária, com a destruição de sua editora.

Diretório Regional de São Paulo

Em defesa das posições do PT

Aqui, os trechos mais importantes da posição política aprovada pelo Diretório Regional paulista reafirmando o não apoio à candidatura Tancredo.



PT: em defesa da democracia

A reunião de 6 de outubro do Diretório Regional do PT de São Paulo pode ser considerada uma reunião de reafirmação do PT, diante de ataques recebidos não apenas de fora, mas também do seu interior.

Com relação ao deputado Airton Soares, foi aprovada uma resposta a críticas que vinha desenvolvendo ao PT, e uma resolução solicitando "da Comissão Executiva Nacional que faça cumprir as resoluções partidárias e que encaminhe à bancada da Câmara dos Deputados orientações para que exija do deputado Airton Soares que passe a expressar publicamente as posições do PT e que, caso contrário, proceda à substituição da liderança". (ver matéria na página 4).

Com relação ao deputado Sérgio dos Santos, foi aprovado o seu desligamento da bancada (ver matéria na página 4).

Em ambos os casos, tratava-se de defender a política do PT de boicote ao Colégio Eleitoral e oposição à Aliança Democrática.

O Diretório também aprovou uma crítica ao prefeito Gilson Menezes, que vem descumprindo as orientações par-

tidárias em questões não menos fundamentais (ver matéria nesta página).

Fundamentando estas orientações, foi aprovada uma análise da situação política, cujos eixos centrais são:

"Consolida-se na conjuntura a sucessão presidencial via Colégio Eleitoral, hoje praticamente regulamentado via acordo entre os aliancistas, peemedebistas e malufistas (...)

"Na imprensa e dentro da Aliança Democrática começa-se a falar em possibilidade de vitória de Maluf, já que este recompõe aos poucos o PDS e parte para conquistar votos dos delegados das Assembleias Legislativas, apesar dos governadores do PDS, e tem dezenas de votos no PMDB, PDT e PTB.

"A Aliança Democrática e o PMDB mantém o discurso que ganharam por 114 e 140 votos e Tancredo continua sua política de recuo e de garantias às Forças Armadas e às classes dominantes, seu programa é cada dia mais conservador (...)

Hegemonia da direita

"(...) Amplos setores sociais e numerosas entidades mantêm a posição de não apoiar a sucessão via Colégio, exi-

gir diretas e denunciar a transição elitista, conservadora, não cedendo às pressões para apoiar Tancredo e a Aliança Democrática. No entanto, a grande imprensa e setores minoritários do PT (Airton, Eudes, Marco Aurélio Ribeiro) querem confundir imputando ao PT um posição ética e principista de não ir ao Colégio Eleitoral, propondo que apoiemos Tancredo para derrotar Maluf, ou que participemos da Aliança Democrática fazendo-a adotar um programa de "centro-esquerda" popular, Constituinte, diretas, reforma agrária, etc. É preciso ir para ofensiva politicamente, ainda que não possamos, no momento, mudar a conjuntura e conquistar as diretas, para denunciar esta chantagem do anti-malufismo (...)

"Nós queremos discutir exatamente o programa da Aliança Democrática, e nossa tática de não participar de Frentes (ou de partidos, senão teríamos entrado para o PMDB no lugar de criar o PT), onde a hegemonia é dos setores de direita, conservadores, fisiológicos e do grande empresariado industrial-financeiro. O programa da Aliança Democrática, sua composição, seu caráter, a via que escolheu para a sucessão

não leva à democracia, ao fim do regime milita e a mudanças econômicas e sociais, pontos básicos para o PT apoiar qualquer programa mínimo.

Manter a independência

"Tancredo e a AD não aceitam o fim do regime militar, ou seja, o desmantelamento do SNI, CSN, fim da LSN (como pede a OAB), aceitam a tutela militar sobre o país, rejeitam a liberdade partidária e sindical, o direito de greve, o voto do analfabeto, querem manter a atual legislação eleitoral e partidária, para garantir maioria conservadora no Congresso de 86, que pretendem transformar em "Constituinte". Sem rompimento com o FMI, reforma agrária e uma nova política econômica, não haverá mudanças, E a AD, por sua composição, não fará essas reformas.

"Nossa tática, como em São Paulo em 82, deve ser a de oposição a esta transição conservadora, manter nossa independência e organizar o PT, o movimento popular e sindical para acumular forças e lutar de fora do aparelho de Estado e dessas frentes, pela Democracia e por mudanças (...)"

DIADEMA: Gilson aprofunda a traição ao programa do PT

De um lado, Gilson deu um reajuste de apenas 80% do INPC aos funcionários da prefeitura. De outro, o chefe do gabinete do prefeito participou pessoalmente e armado da expulsão de trabalhadores que haviam construído barracos em terrenos de um grupo industrial.



Gilson: cada vez mais longe dos trabalhadores

Ainda pior foi a atitude do chefe de gabinete do prefeito, Juraci Magalhães, que participou pessoalmente, e armado, da expulsão de trabalhadores que haviam construído barracos em terrenos de um grupo industrial.

Diante disso, e de toda a história de descumprimento por parte de Gilson das deliberações do partido, de violências contra filiados, o Diretório Municipal, no dia 23 de setembro, aprovou a proposta de expulsão de Gilson e Juraci do partido.

Nova reunião

A Comissão Executiva estadual do PT reunida em 2 de outubro, tomou uma decisão, também de críticas a Gilson. Resolveu "exigir do companheiro Gilson que, em conformidade com as propostas do PT, conceda reajuste integral de salários a todos os funcionários da administração local", e também "exigir do companheiro Gilson que não permita ações de violência contra movimentos de ocupação de terras e que procure impedir medidas de despejo de favelados, como as que ocorreram recentemente em Diadema. O relacionamento da administração com os movimentos sociais deve pautar-se pela discussão política, pelo reconhecimento da autonomia dos movimentos e pelo acatamento das decisões democraticamente estabelecidas".

A Executiva também resolveu "empenhar-se para que, antes da reunião do Diretório Regional do dia 6 de outubro, o companheiro Gilson se comprometa publicamente (...) a conceder 100% de reajuste para os servidores municipais". E convocou "o compa-

nheiro Gilson para a próxima reunião do Diretório Regional em novembro próximo, a fim de prestar esclarecimentos e explicações sobre os problemas da administração petista em Diadema".

Encaminhamento de filiações

No entanto, a Executiva estadual, na mesma resolução, fez uma ameaça de intervenção no Diretório Municipal do PT de Diadema, por uma razão que nada tinha que ver com o caso: "fixar um prazo de 48 horas a partir desta data para que o Diretório Municipal de Diadema regularize as filiações, sob pena de intervenção imediata do Diretório Regional". Trata-se de uma cobrança do encaminhamento de filiações feitas pelo prefeito e por seus assessores, julgadas irregulares pelo Diretório Municipal. Não deixa de ser estranho que uma crítica a uma questão como essa seja feita com tal dureza (ameaça de intervenção em 48 horas), contrastando com um encaminhamento mais lento com relação ao prefeito, que transgrediu de forma flagrante deliberações do partido, seu programa, seus métodos, etc.

Na reunião do Diretório Regional de São Paulo no dia 6, Gilson ainda não havia se comprometido a dar os 100% de reajuste (pelo contrário, já considerava a questão encerrada desde o mês anterior), nem a não permitir ações de violência contra movimentos de ocupação de terras. No lugar disso, mandou uma carta à Executiva estadual falando das realizações de sua administração, que ele considera "feitas sem contar com a ajuda da Bancada do PT local,

sem a ajuda do Diretório do PT Estadual e Executiva Nacional", cujas posições até agora "tem se mostrado setárias, estreitas e rasteiras".

Gilson e o PT

Já o Diretório Municipal do PT mandou ao Diretório Regional uma carta acatando o encaminhamento das filiações exigido pela Executiva estadual, embora discordando da medida. Também em todas as vezes anteriores em que a "questão Diadema" esteve em discussão nas instâncias superiores do PT, o quadro fora esse: o Diretório Municipal acatando as deliberações, Gilson desacatando ostensivamente.

Na reunião do Diretório Regional do dia 6, assim, o assunto foi debatido neste quadro. A deliberação anterior da Executiva foi aprovada; e a expulsão de Gilson e Juraci, realizada pelo Diretório Municipal, foi considerada sem efeito, por questões formais de convocação e encaminhamento da reunião. O assunto volta a ser debatido, em caráter especial, na reunião de novembro do Diretório Regional.

Não há dúvida de que o afastamento de Gilson (e de Juraci) do PT é muito superior ao ocorrido com o deputado Sérgio dos Santos. O que podemos esperar, portanto, é que o Diretório Regional tome com relação a Gilson uma posição semelhante, e dê um apoio total ao Diretório Municipal: qualquer que seja a avaliação política que os membros da Executiva estadual possam ter sobre ele, o certo é que o Diretório Municipal é quem tem seguido, em Diadema, as orientações do partido.

CONVENÇÃO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Uma nova direção para o partido

A chapa PT na luta pelo socialismo obteve 62% dos votos, surgindo como alternativa de direção frente ao imobilismo e burocratização da vida partidária promovidos pela Executiva Estadual.



A Comissão executiva estadual do PT-MG, que compõe com a ala mais direitista do PT a nível nacional, sofreu sua primeira derrota de peso quando da eleição da Comissão Diretora Municipal do PT de Belo Horizonte. Duas chapas disputaram: **PT na luta pelo socialismo**, vencedora com 62% dos votos e a chapa **PT de Massas**, articulada pela Executiva Estadual.

Este resultado foi acima de tudo a manifestação da insatisfação da base partidária com a direção imprimida pela Executiva Estadual ao partido. Nos últimos tempos, o PT perdeu todos os seus instrumentos de participação no movimento de massas: secretarias sindical ou estudantil; núcleos de base. Quando da campanha pelas diretas, a Executiva estadual sequer convocou uma reunião de militantes para debater e avaliar a questão.

Ao lado disso, a discussão política interna do PT desapareceu, limitando-se a debates ocasionais nos órgãos partidários existentes na forma da lei: Comissão política, comissão executiva, diretório estadual. Transformou-se assim o PT num mecanismo de respaldo para a política parlamentar, esta praticada na forma de contatos com outros partidos, com governadores e Secretários de Estado, a cômoda política dos corredores e gabinetes.

Ausência de democracia

Recentemente, quando da realização de Comício pelas diretas (dia 14), tivemos um exemplo disso: a base militante não foi sequer informada do que estava acontecendo; a lista de oradores do partido foi decidida entre quatro paredes; a Comissão Diretora Municipal sequer foi convidada para estar presente no palanque. Na sua relação com o movimento popular, a Executiva do Partido limitou-se a manter uma relação ocasional: nenhuma preocupação em manter um fórum permanente de organização popular na luta pelas diretas.

Criou-se dentro do PT um hiato: de um lado, os parlamentares, seus assessor

sores (que são membros da Executiva Estadual) e a sua base de apoio imediata; de outro, uma enorme base partidária marginalizada, sem oportunidades de participação política no partido.

Procurando contrarrestar esta situação, a Executiva tentou articular de última hora sua própria base na forma de uma articulação denominada **PT de Massas**, na verdade uma frente política de ocasião, que se constituiu com o único objetivo de obter sucesso eleitoral na disputa pelo Diretório de Belo Horizonte, aproveitando-se do aparelho dos parlamentares.

Mas, não obtiveram sucesso. Sua articulação não conseguiu por-se de pé, constituir-se como tal e o que prevaleceu no encontro foi uma disposição crescente de estruturar um partido de atuação junto ao movimento popular.

A nova direção municipal

A Comissão Diretora Municipal, presidida por Jorge Nahas, ex-candidato a suplente de Senador pelo PT, colocou para si os seguintes objetivos: estruturação de organismos de base (núcleos e secretarias); democratização da vida partidária (realização de debates sobre temas de importância para o partido); integração das diversas frentes petistas e equacionamento da atuação do partido junto aos problemas urbanos. Nas suas próximas reuniões, deverá traçar um calendário para a realização de encontros por frente ou setor e, para breve, deverá sair a primeira edição de um jornal municipal. Isto tudo, claro, com a perspectiva de manter o PT na frente da luta pelas diretas.

Inúmeras dificuldades existem na estruturação da Comissão Diretora Municipal em relação com as oito zonas existentes em Belo Horizonte, com a bancada de vereadores e fontes de recursos financeiros. Tais problemas, embora dependam de uma decisão do Diretório Nacional, deverão ser objeto de um próximo encontro municipal do PT de Belo Horizonte onde, fora do calor da disputa eleitoral, se pretende uma discussão mais profunda destes temas.



RIO GRANDE DO SUL O PT organiza a sua atuação nos bairros

No último dia 6 o PT gaúcho realizou seu primeiro encontro estadual dos militantes do movimento de bairro. O encontro contou com a presença de mais de trinta representantes municipais. Feito após menos de um mês do aniversário de 25 anos da Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairro (FRACAB), revelou também os avanços do partido e a importância da intervenção organizada no setor. **EM TEMPO** ouviu Nelson Sá, vice-presidente estadual do PT e presidente do Conselho Deliberativo da FRACAB, que coordenou o encontro.

Qual a importância deste primeiro encontro e como está a intervenção do PT no movimento de bairros?

Nelson — Esse encontro, é importante para estruturar a intervenção do PT no movimento comunitário. Em todo estado, nós temos cerca de quatrocentas associações de bairro e várias uniões municipais. O PT está presente em mais de cem destas associações, sendo que em oitenta tem militantes nas diretorias das entidades. Até há pouco tempo a intervenção destes militantes se dava de forma isolada, não havia orientação do partido para o movimento de bairro, nem havia muitas vezes a simples troca de experiências entre os militantes. Nós estamos tentando superar este problema.

E acho que a gente vem conseguindo. O PT conseguiu maioria na UAM-PA, a união de Porto Alegre, e tem cinco companheiros na direção da FRACAB. Até porque somos obrigados a responder a nível estadual e nos municípios mais importantes, estamos estruturando as instâncias internas do partido na área comunitária. Já temos uma secretaria municipal comunitária em Porto Alegre; fortalecemos, neste encontro, a secretaria estadual e delibramos uma orientação firme de nucleação por local de moradia e criação de secretarias municipais ou regionais voltadas pro movimento comunitário. Em Novo Hamburgo, por exemplo, já vamos fazer um seminário neste sábado com estes objetivos.

— Em termos de orientação política, quais as sugestões do encontro?

Nelson — Primeiro, temos uma orientação já de algum tempo que diz respeito ao fortalecimento das entidades. A FRACAB é uma entidade sólida, mas funcionava mais como uma união da região metropolitana do que como uma federação estadual. Entendemos que é importante mudar isso, fortalecendo a atuação da FRACAB no âmbito estadual e criando uniões de associações nos municípios da grande Porto Alegre.

Segundo, estabelecemos lutas priori-

tárias para o próximo período. Vimos como mais importantes nesse momento a questão do transporte, desemprego, habitação e educação. Isso significa que os esforços dos militantes petistas devem ser centrados nestas questões.

Terceiro, vimos como fundamental combinar as atividades do movimento de bairros com o movimento sindical.

— Como assim? Ano passado isso vinha dando certos problemas...

Nelson — Não. Os problemas que haviam foram sendo resolvidos. Eles permanecem apenas com relação aos setores mais atrasados do movimento de bairro. São setores que até contribuem levando as lutas específicas do bairro mas na prática acabam fortalecendo o poder municipal, não agem independente do estado e, em geral, estão submetidos a algum partido burguês, dependentes dos favores de algum vereador. Estes setores são contrários à politização do movimento comunitário e à interação com o movimento sindical.

Ano passado tivemos várias atividades comuns com o sindicalismo. Fizemos juntos algumas concentrações, o 1º de Maio, a greve geral de 21 de julho e isso contribuiu para o movimento e para o partido. Os militantes do PT foram os mais atuantes nessas atividades e isso implicou num reconhecimento maior do partido nos bairros.

Nós sabemos que dum ponto de vista estratégico o fundamental é a produção, é a fábrica. Mas o movimento comunitário também é importante. É no bairro que o PT tem de levar um corpo a corpo com o Estado, com o vereador que faz o trabalho de base para a burguesia. E as duas lutas não estão descoladas. Em Novo Hamburgo, por exemplo, nós conseguimos varrer o pelego do sindicato dos metalúrgicos a partir de um trabalho de bairro. Por isso, uma das orientações que nós tiramos é a de priorizar a intervenção nos bairros operários. Isso parece uma coisa óbvia mas às vezes os militantes não se dão conta e ficam investindo esforços em áreas que não tem muito futuro.



Especial



Todos ao 36.º Congresso da UNE

Nas vésperas do 36.º Congresso da UNE, a corrente *Tribuna Operária*, majoritária em sua diretoria, dá mais uma mostra de seu aparelhismo. Imprime, com dinheiro da entidade, quatrocentos mil exemplares do jornal *Nossa Voz* contendo posições de apoio a Tancredo e à conciliação com o regime militar, frontalmente contrárias às deliberadas no último Conselho Nacional de Entidades de Base.

Dessa forma, a *Tribuna Operária* passa por cima das posições deliberadas na base do movimento, de repúdio às candidaturas Tancredo e Maluf, boicote ao Colégio Eleitoral, continuidade da campanha das diretas-já e apoio a preparação da greve geral decidida pela CUT. E faz isso para, com o dinheiro dos estudantes, instrumentalizar seus apoiadores no processo de eleição dos delegados ao 36.º Congresso da UNE.

A importância do 36.º Congresso

O próximo Congresso da UNE poderá ter grande importância não só para o movimento estudantil, mas para todo o movimento operário e popular. Ati-

tudes de gangsterismo político como a relatada acima poderão ser varridos da entidade. Poderá haver avanços na elaboração de propostas que globalizem a luta dos estudantes na universidade, unindo-a com a dos professores e funcionários e também com a que travam os trabalhadores contra o inimigo comum, o regime militar. É possível a aprovação de eleições diretas para a escolha da próxima diretoria como forma de reaproximar a entidade dos estudantes.

Porém, o mais importante é que as posições do último CONEB poderão ser referendadas, ampliando os espaços políticos dos que não querem a continuidade do regime militar, via Maluf, nem sua transição controlada, via Tancredo, mas seu fim. Pois a UNE, apesar de distante das bases, ainda tem um peso social considerável e isso seria um grande apoio ao movimento operário classista, à CUT e ao PT, se contrapondo ao isolamento que a oposição burguesa lhes quer impor.

As tarefas das petistas

No entanto, é bom que não haja ilusões. A vitória

no CONEB foi apertada, por 16 votos de diferença entre quase 600; os apoiadores da *Voz da Unidade* praticamente não compareceram e bastaria que tivessem ido em peso para a relação de forças se inverter. E todo o campo frente populista irá em peso ao Congresso, inclusive com o apoio financeiro da oposição burguesa. Isso tudo mostra que a vitória não será fácil.

A vitória é difícil mas não impossível. E para lutar por ela que a Reunião Nacional de Estudantes Petistas decidiu lançar um manifesto aos estudantes brasileiros, assinado por diretores de entidade de todo o Brasil ligados ao partido. Decidiu também pela realização de plenárias dos petistas eleitos delegados ao 36.º Congresso, para coordenar e decidir toda a intervenção partidária em seu interior.

A tarefa agora é eleger o maior número de delegados possível em cima das posições do manifesto, garantindo desde já o transporte desses delegados e a fiscalização das fraudes que, como o demonstram a "edição pirata" do *Nossa Voz*, fatalmente irão ocorrer.

Todos ao 36.º Congresso!

"A UNE somos nós, contra a conciliação e o regime militar".

Aqui, o manifesto aprovado pela Reunião Nacional de Estudantes Petistas.

“ (...)A universidade brasileira está a beira da liquidação, vivendo a maior crise de sua história. Nestes 20 anos, o governo militar rebaixou ao máximo o nível de ensino, reduziu o ensino público e gratuito a uma ínfima parcela, promoveu a expulsão de milhares das faculdades com os aumentos aviltantes das anuidades nas escolas pagas. Ao mesmo tempo, tecnizou o ensino, cassou qualquer democracia e autonomia e aprofundou o fosso entre a universidade e a realidade social, jogando milhares de estudantes no desemprego.

E hoje, se recusa a aplicar a decisão do Congresso Nacional, destinando 13% do orçamento fiscal da União à educação, ao mesmo tempo que rebaixa os salários de professores e funcionários a um nível insuportável, bem como não acata a indicação de reitores e diretores eleitos pela comunidade.

A greve nacional de 84 dias dos professores e funcionários das federais foi às ruas, exigiu a demissão da ministra Ester e o fim do regime. Esta mobilização demonstrou a necessidade de globalizar a luta na universidade. Ou seja, **unificar estudan-**

tes, professores e funcionários em torno de um projeto de universidade pública, e gratuita, autônoma e democrática, voltada aos interesses da maioria da população.

Nem Tancredo nem Maluf, diretas-já

(...) o povo, nas maiores manifestações que o Brasil já conheceu, exige o poder de decidir os destinos do país. Nós exigimos eleições diretas já para presidente da República porque só a livre manifestação popular pode apontar para a solução dos problemas que afligem o país.

Ninguém pode aceitar que, traindo essa vontade, setores da oposição voltem as costas à praça pública e às nossas reivindicações e se dirijam ao Colégio Eleitoral. Ninguém pode aceitar que esses setores não utilizem a maioria estabelecida no Congresso Nacional para aprovar as diretas já, rejeitando o Colégio biônico, impedindo sua regulamentação e se dispondo desde já a boicotá-lo.

Essa é a posição, aliás, estabelecida no maior CONEB da UNE, que reafirmou as diretas já e o boicote ao Colégio de Figueiredo, expressando assim a mesma vontade

de todo o povo, que nas manifestações pelas diretas, nas greves que se generalizam, no Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores exigem o fim desses vinte anos de regime militar, apontando a greve geral como possibilidade concreta para unificar a luta dos trabalhadores e do povo.

(...) Não se pode dar apoio à candidatura Tancredo/Sarney, expressão da conciliação com os militares no poder. Uma candidatura de caráter conservador, que, coerente com os compromissos estabelecidos com o regime, já anuncia que não pretende romper com o FMI, desmantelar o aparato repressivo ou terminar com a Lei de Segurança Nacional, promover a reforma agrária, punir os responsáveis pela corrupção e crimes cometidos contra milhares de opositores e dirigentes de entidades estudantis.

A UNE tem que reafirmar as posições definidas no último CONEB, as diretas já, o boicote ao Colégio Eleitoral e o repúdio à candidatura Tancredo/Sarney. Porque só dessa maneira ela estará de fato combatendo o regime que aí está e seu fruto mais imediato, a candidatura Maluf, a qual tem chances de vencer justamente porque seto-

res da oposição insistem em viabilizar o Colégio Eleitoral.

A UNE no dia a dia dos estudantes

(...) A UNE se encontra distante dos estudantes, de suas lutas e mobilizações. E um dos fatores essenciais para que isso acontecesse tem sido a política de conciliação, a serviço da qual as lutas não tem sido unificadas, a democracia na entidade não tem sido respeitada. Política aplicada pelas gestões que se sucedem na UNE desde sua reconstrução em 79 e que na atual esta sendo levada à prática pela maioria da diretoria que, minoritária no movimento — como mostrou o CONEB — manobra e manipula com as decisões dos estudantes.

É preciso dar um basta a essa situação, fazendo deste Congresso um momento na reorganização de alto a baixo da UNE. Elegendo a partir dele uma nova diretoria, comprometida com nossas reivindicações e interesses que encaminhe nossas lutas e aponte, como parte desse processo, para a realização de eleições diretas para a entidade, com um regimento democrático e preparada por um CONEB(...).”

Queremos o fim da ditadura militar

Apesar da traição do PMDB e das correntes estalinistas, os estudantes continuam a exigir eleições diretas já e o boicote ao Colégio Eleitoral.

Assistimos no primeiro semestre de 1984 à eclosão do maior movimento político de massas nestes vinte anos de ditadura militar. A exigência da realização de eleições diretas—já para as cinco milhões de pessoas que foram aos comícios e para os 90% de brasileiros que opinavam a seu favor nas pesquisas de opinião pública expressava o anseio de por fim ao regime militar e à sua política econômica agressivamente anti-popular.

Este amplo movimento de massas causou uma profunda aceleração da crise da ditadura que se arrasta há vários anos em compasso com a bancarrota econômica. Nunca foi tão grande o seu desgaste, o seu isolamento. O PDS, já dividido pela luta em torno da sucessão, teve uma cisão irremediável. Cresceu entre a grande burguesia industrial e financeira a convicção de que a defesa de seus interesses exigia a mudança da atual forma de dominação, incapaz de garantir a coesão das classes dominantes e de conter o movimento de massas. Até no terreno militar, o último baluarte da ditadura, a divisão política se instalou com a grande votação obtida pela chapa de oposição no Clube Militar, com a renúncia do ministro da Marinha.

Ao mesmo tempo, ao nível do movimento sindical vinha se desenvolvendo uma importante onda grevista, mostrando a continuidade da combatividade do movimento operário que já em 21 de julho de 1983 fizera o seu ensaio de greve geral. De acordo com os cálculos do DIEESE, apenas nos primeiros seis meses deste ano cerca de um milhão de trabalhadores do campo e da cidade foram à greve contra o desemprego e o arrocho.

A grande traição

À altura da votação da emenda Dante de Oliveira, em fins de abril, estava claro que a continuidade das mobilizações de massa acabariam levando à conquista das diretas-já. A desagregação da ditadura, as suas cisões ao nível parlamentar colocavam essa conquista no plano concreto das possibilidades.

O PMDB, no entanto, puxado por sua ala mais conservadora liderou o caminho da traição ao movimento pelas diretas. Passou a pregar a tese derrotista de que a conquista das diretas-já era de antemão inviável devido à obstrução do PDS e propôs trilhar o caminho da disputa no Colégio Eleitoral.

No centro deste movimento de recuo, o governador de Minas, Tancredo Neves, o mesmo que havia reprimido brutalmente uma manifestação pelas diretas em Belo Horizonte no dia mesmo da votação da emenda Dante de Oliveira e que sempre pregou a conciliação com a ditadura.

O PMDB, partido que durante mais de vinte anos encharcou de ilusões as massas com a sua pregação li-



beral, traia agora a reivindicação democrática mais elementar, as eleições diretas para presidente. Já hegemônico por sua ala mais conservadora, propunha em troca, a transição burguesa controlada através da disputa no Colégio Eleitoral e de alianças com os setores dissidentes da ditadura.

A candidatura de Maluf

No sentido de recuperar o desgaste sofrido por ter traído a campanha das diretas, a candidatura Tancredo procura ganhar apoio popular colocando-se como alternativa a Maluf. E para justificar alianças com setores os mais reacionários e corruptos, os apoiadores de Tancredo afirmam que Maluf é o fascismo em ascensão.

Para uma grande traição, uma grande mentira. Ninguém

nega que Maluf é um dos personagens mais corruptos, mais reacionários dos quantos que já se serviram e serviram à ditadura. Mas afirmar que Maluf é o fascismo em ascensão é jogar uma confusão completa sobre o que se está passando e sobre o que está em jogo e o sentido das tarefas que estão colocadas.

Maluf, o candidato do PDS que conta com um apoio envergonhado de Figueiredo e a adesão pública de apenas um dos treze governadores do PDS é o candidato do contínuo de uma ditadura em fase de desagregação. A sua candidatura mais que unificar, divide a burguesia, as Forças Armadas, o próprio PDS. E hoje, a maioria dos analistas políticos do país indicam que o mais provável é que venha a ser derrotado por boa margem de votos por Tancredo.

A alternativa dos trabalhadores

No final do mês de agosto, o I Congresso da CUT se posicionou pela continuidade da campanha das diretas e pelo boicote ao Colégio Eleitoral. Mais de 5.200 delegados de todo o país, representando 11,5 milhões de trabalhadores da cidade e do campo, e cerca de 937 entidades, decidiram lutar “pelo fim do regime militar e contra a candidatura de Paulo Maluf que expressa sua continuidade” e também se posicionaram firmemente contrária “à proposta da Aliança Democrática e a candidatura de Tancredo e Sarnei porque representa a conciliação com o regime, a preservação dos acordos com o FMI e a traição política da vontade democrática e das reivindicações mais elementares do povo brasileiro”.

Além disso, este congresso, que é um marco para o movimento operário e popular, aprovou uma resolução em que se defende a organização de “uma greve geral centrada nas exigências de eleições diretas-já com ampla liberdade, boicote ao Colégio Eleitoral e fim do regime militar e que inclua as demais reivindicações dos trabalhadores expressas em suas plataformas”.

Mas apenas eleições diretas não bastam. Nada mudará substancialmente sem uma reforma agrária radical e controlada pelos trabalhadores do campo. Sem que se rompa os acordos com o FMI e se suspenda o pagamento da dívida externa. Sem que se mude a atual política econômica de forma a garantir empregos e salários dignos para todos. Sem o ensino público e gratuito. Sem o fim de todas as leis repressivas. Todas essas exigências se dirigem não para uma reforma da constituição debaixo das leis da ditadura, mas para sua derrubada e eleição de uma **Assembleia Constituinte livre, democrática e soberana.**

Todas essas reivindicações sempre foram rejeitadas pelos governos das classes dominantes; só um **governo dos trabalhadores**, exercido diretamente pelos trabalhadores organizados é que poderá mudar radicalmente a situação em que vivemos.

Não à aliança com corruptos e torturadores

O 36º Congresso da UNE deve unir a sua voz à dos trabalhadores que, através do I Congresso da Central Única dos Trabalhadores, decidiu repudiar as candidaturas Maluf e Tancredo e se posicionou favoravelmente a uma greve geral pelo fim da ditadura e pelo atendimento das reivindicações do movimento operário-popular.

A candidatura Tancredo é hoje a que melhor representa os interesses e as necessidades das classes dominantes. Conservador, já tem no seu currículo no curto período em que governou Minas um bom número de greves e manifestações reprimidas. E, além de tudo, não carrega o peso do desgaste de vinte anos de ditadura.

A imprensa burguesa, os grandes meios de comunicação de massa já sabem disso. Não é por outra razão que a Rede Globo, e o jornal conservador **O Estado de São Paulo**, as revistas **Veja** e **Isto É** e muitos outros órgãos de imprensa burguesa o apóiam.

É assim que Tancredo tem o apoio da maior parte dos grandes conglomerados financeiros e dos grandes grupos monopolistas que dominam a economia do país como, por exemplo, Olavo Setubal (Grupo Itaú) e Antonio Ermirio de Moraes (grupo Votorantim, o maior burguês nacional). Não é por outra razão que Tancredo conta com o

apoio do ex-ditador Geisel e de um grupo expressivo das Forças Armadas.

É pelo mesmo motivo que Tancredo conta com a adesão de Antonio Carlos Magalhães (o Maluf da Bahia), de Sarnei (o Maluf do Maranhão) e tantos outros chefes de oligarquia no nordeste. Não é por outra razão que conta com a simpatia da esmagadora maioria dos governadores do próprio PDS.

Enfim, os setores mais expressivos da grande burguesia estão hoje apoiando Tancredo. Os corruptos e torturadores também. Eles sabem o que fazem.

Um apoio vergonhoso

Apesar disso, algumas correntes ligadas ao movimento operário-popular, como o PCB, o PC do B e o MR-8 apóiam entusiasticamente Tancredo, afirmando ser ele hoje a alternativa para os trabalhadores.

Tancredo não defende as eleições di-

retas-já como queriam os trabalhadores. Como propôs Figueiredo em sua emenda que depois foi retirada, ele propõe diretas em 1988 ou 1989. Não defende a Constituinte mas sim a concessão de poderes constituintes ao próximo Congresso eleito em 1986, com todos os cerceamentos à livre atividade partidária, com todas as restrições da atual legislação eleitoral. Não prega a revogação da Lei de Segurança Nacional (usada para reprimir trabalhadores e a esquerda) nem a dissolução do famigerado SNI (diz que apenas irá “democratizá-lo”). A CLT, essa lei de inspiração fascista que amarra o movimento sindical desde 1943, é defendida por Tancredo.

“Romper com o FMI é uma tolice”, afirmou Tancredo insultando a todos os congressos de trabalhadores e do movimento operário-popular que vêm nesta reivindicação a pedra-de-toque para reformular a política econômica do arrocho e desemprego.

Nem pensar em punir os corruptos e torturadores, que roubam o dinheiro público e assassinaram tantas lideranças do movimento operário-popular. “Não queremos ser revanchistas”, afirma Tancredo desobrigando-se da aplicação da justiça que é exigida por todos.

Reatar relações com Cuba? Não, responde Tancredo, “enquanto Cuba não deixar de exportar a revolução”, na mesma linguagem do imperialista Reagan.

Apesar de tudo isso, o PCB, o PC do B e o MR-8 continuam afirmando que Tancredo é a alternativa para os trabalhadores em nome do realismo político, pois Tancredo é melhor que Maluf. Tancredo usa o apoio destas correntes, mas já afirmou que não há lugar para elas em seu governo e exige que abaijem as suas bandeiras nos comícios.

É evidente que esta posição é insustentável e, além de tudo, vergonhosa para correntes que dizem representar os interesses dos trabalhadores.

Por um novo projeto para a Universidade

A grande greve dos professores e funcionários ecoou em todo o país como uma vigorosa denúncia da crise da universidade. É o momento para o movimento estudantil romper as lutas defensivas e de resposta aos ataques do MEC, apresentando um projeto global e coerente de transformação da Universidade.

A universidade brasileira sofreu profundas alterações a partir do final da década de 60, que visavam adequá-la a nova etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro. A reforma universitária implantada pela ditadura militar tinha como finalidade organizar uma universidade de conteúdo e objetivos empresariais, centralizando o poder e racionalizando as despesas. Incentivou-se a expansão desenfreada do ensino pago. Os objetivos eram dar um canal de ascensão social à pequena-burguesia, formando mão-de-obra qualificada para o modelo econômico centrado na internacionalização da economia, no arrocho salarial e na concentração da renda.

Já ao final da década de 70, estava claro que este projeto estava falido e esgotado. A crise econômica reduziu o mercado de trabalho e o ensino superior passou de formador de mão-de-obra a aumentar o exército de desempregados. As verbas destinadas à universidade foram reduzidas brutalmente pela ditadura. A estrutura burocrática e autoritária da universidade, além de gerar a malversação dos poucos recursos financeiros existentes, impedia qualquer discussão que visasse sua transformação. A

universidade se viu atolada em uma crise crônica.

Um poderoso grito de denúncia

Tão grave é a crise da universidade que a própria ditadura vem procurando readequá-la. A mais recente tentativa é o projeto MEC-CRUB que visa repassar às empresas a sustentação dos cursos, moldar o conteúdo dos currículos e alterar o quadro funcional arrochando os salários.

A comunidade universitária reagiu frontalmente diante deste novo golpe. A greve nacional de quase três meses de professores e funcionários, que acabou nas ruas exigindo a demissão da ministra Ester Figueiredo, soou como um poderoso grito de denúncia da crise da Universidade gerada por vinte anos de uma política educacional obscurantista e anti-popular.

É dentro deste quadro que o movimento estudantil precisa elaborar um projeto de universidade capaz de atrair os setores mais combativos da comunidade universitária, formando um pólo classista em seu interior e se contrapondo à gerência de sua crise. Um projeto que seja capaz de

globalizar a luta na universidade e uni-la à luta dos trabalhadores contra o inimigo comum, o regime militar.

A universidade deve ser pública e gratuita

O primeiro eixo básico deste projeto está assentado na defesa da educação como uma prioridade social, cujo custeio é obrigação do Estado. O atual índice de 4,7% do orçamento da União para o MEC precisa ser elevado para 12%. De imediato, que seja respeitada a Emenda João Calmon, aprovada pelo Congresso, que destina 13% da arrecadação tributária à educação.

As universidades públicas, cujo estado de falência é anunciado pelos próprios reitores, necessitam de suplementação de verbas que garantam o seu pleno funcionamento em termos de ensino, pesquisa, assistência extensão.

As escolas pagas, por outro lado, dão toda prioridade ao lucro e elevam aceleradamente o preço das anuidades, causando uma evasão da ordem de 10% ao semestre. Para barrar esta evasão, é necessário congelar as anuidades, garantir a matrícula aos devedores e ampliar as bolsas escolares. Mas estas são medidas de resistência, parciais. Para terminar de vez com a evasão e garantir melhorias efetivas ao nível de ensino, é necessário sua imediata estatização.

Democratizar o poder na universidade

O segundo eixo básico deste projeto é a conquista da democracia na universidade. A centralização do poder nas universidades públicas permite que uma minoria escolhida pelo presidente ou pelo governador detenha o controle decisório. A universidade deve ser autônoma em relação ao estado, com sua comunidade decidindo democraticamente quais rumos tomar.

Para se avançar rumo à democratização da universidade, é preciso realizar eleições livres e diretas para reitor e demais cargos dirigentes. É preciso haver uma representação tripartite de professores, funcionários e estudantes nos órgãos de direção.

Por sua vez, a autonomia frente ao Estado não se restringe aos seus aspectos políticos, com a garantia de posse aos reitores livremente eleitos. É preciso conquistar também a autonomia administrativa e didática, com a criação de comissões tripartite para controle e gestão das verbas e para a elaboração de currículos, sem a ingerência das grandes empresas.

Para por fim ao regime autoritário que permeia toda a universidade, é preciso eleger Constituintes Universitários que dêem fim aos Regimentos Internos repressivos e elaborem novos estatutos.

Nas escolas privadas, professores e funcionários trabalham e fornecem o ensino pelo qual os estudantes pagam, mas quem fica com o lucro e poder decisório são os mantenedores. É necessário, antes de mais nada, a abertura dos livros-caixa. É necessário também eleições livres e diretas para reitor e diretores, além da eleição de Constituintes Universitárias em cada escola.

A universidade e os trabalhadores

O terceiro eixo básico de um novo projeto deve ser o de voltar a univer-

sidade para os interesses dos trabalhadores, que formam a imensa maioria do país.

Não é possível elaborar um projeto de universidade sem discutir a quem ele interessa. Um projeto de universidade tem que levar em conta que toda a sua produção científica e cultural deve se voltar para os trabalhadores. Assim, as entidades do movimento operário e popular devem ter acento nos órgãos dirigentes da universidade. É necessário que os currículos levem a uma formação profissional que atenda aos interesses dos trabalhadores, vinculando os cursos a uma prática social junto à população. Para desdobrar e concretizar estas questões, têm especial importância os Encontros por curso que precisam iniciar a discussão de uma política de área em cada escola.

Os formandos e o crescente número de estudantes que precisam trabalhar para se manter encontram um mercado de trabalho cada vez mais restrito. É necessário que a universidade garanta estágios remunerados para todos. É necessário também a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução dos salários, como forma de aumentar o número de vagas.

Tomar a ofensiva

Todas as reivindicações aqui apresentadas não são inéditas. Elas já fazem parte da tradição e da história da luta dos estudantes. O que é necessário é dar-lhes coerência e sentido, buscando a formação de uma nova Universidade, pública e gratuita, autônoma e democrática e voltada para atender os interesses e necessidades dos trabalhadores.

Mas um projeto de universidade não basta. É preciso um plano global de lutas para o conquistar. No próximo ano, deverão terminar os mandatos dos reitores da maioria das universidades públicas. É necessário lançar desde já uma campanha por eleições livres e diretas para reitor, que seja um instrumento para a comunidade universitária concentrar suas forças sobre o conjunto dos problemas da universidade na luta por sua transformação.

Há anos o movimento estudantil vem girando as suas lutas para responder aos golpes do MEC, sempre atuando defensivamente. É o momento de tomar a ofensiva, opondo à crise da universidade um projeto global e coerente.

A UNE e as tarefas internacionalistas



A UNE deve recuperar a tradição internacionalista do movimento estudantil brasileiro.

A primeira grande tarefa internacionalista da UNE é promover o apoio ao processo revolucionário em curso na América Central. Defender o restabelecimento das relações diplomáticas do Brasil com Cuba e propagandear as conquistas da revolução sandinista. É prioritário desencadear uma campanha contra a intervenção imperialista na América Central, inclusive a possibilidade de invasão militar que os dirigentes sandinistas denunciam como iminente. É necessário organizar campanhas de recolhimento de fundos e brigadas de apoio à produção na Nicarágua, como tem sido feito em muitos países.

A segunda grande tarefa internacionalista é apoiar as lutas dos trabalhadores latino-americanos contra o FMI e as ditaduras. Em primeiro lugar, a heróica luta do povo chileno pela derrubada de Pinochet. Em segundo lugar, o esforço comum de barrar os planos do FMI; que tem na Central Obreira Boliviana o seu centro principal.

A terceira grande tarefa internacionalista é o apoio ao Sindicato Solidarnosc que se constitui hoje no principal exemplo de luta contra as burocracias que usurparam o poder nos Estados operários. Mesmo brutalmente reprimido pelo exército do general Jaruzelski, o proletariado polonês continua mantendo firmemente a luta pela democracia socialista.

A quarta grande tarefa internacionalista é apoiar os movimentos dos trabalhadores dos países imperialistas contra as políticas de arrocho e de aumentos dos gastos militares. Aí a grande greve dos mineiros ingleses que já dura mais de seis meses é o grande marco da combatividade operária que vem se desenvolvendo nestes países.

A UNE contra a opressão da juventude

A UNE tem estado omissa no tratamento das questões que afetam o cotidiano dos estudantes brasileiros.

A UNE precisa se engajar na luta contra a opressão das mulheres em todos os setores de atividade. Precisa lutar pela legalização do aborto e o direito de sua realização gratuita em clínicas estatais, como já ocorre em um sem número de países.

É necessário também combater sistematicamente os preconceitos e discriminações que se abatem sobre as minorias sexuais. A UNE deve se unir às entidades do movimento negro contra todas as formas de discriminação racista.

É importante também exigir a descriminação da maconha e demais drogas leves, não permitindo que ninguém seja preso ou sofra violências apenas por estar fazendo algo que parcela ponderável da juventude brasileira faz.

Finalmente, é necessário o fim do serviço militar obrigatório pois a militarização da juventude é um instrumento para enquadrá-la na sociedade de opressão além de dar margem à própria militarização do trabalho.



Construir o PT no movimento

Para o movimento estudantil ser vitorioso e superar a crise que atravessa necessita de um programa que globalize a luta na universidade e a uma com a dos trabalhadores.

Necessita também efetivar uma prática social junto à população, aumentar seu raio de ação para as questões da juventude e recuperar sua tradição internacionalista. Além disso, são necessárias mudanças ao nível organizativo, com a democratização das entidades estudantis.

Todas estas tarefas possuem um caráter global e nacional. Apenas um instrumento político que organize a vanguarda emergente das salas de aula para uma ação política consciente, dando um sentido de conjunto à fragmentação hoje existente ao nível das direções do movimento poderá implementá-las com êxito.

Daí a importância decisiva da construção do PT no movimento estudantil. Construção que tem um marco fundamental na unidade política das posições classistas neste 36º Congresso da UNE.



Um balanço da atual diretoria

A aliança de correntes do campo classista com o frente-populismo para compor a diretoria da UNE acabou em pedaços pelos desafios colocados pela luta de classes.

O movimento estudantil ainda não saiu da crise que atravessa já há alguns anos. Para se compreender as causas dessa situação deve-se partir do fato de que os estudantes não têm peso no processo de produção e da perda de função da universidade como formadora de mão de obra qualificada e promotora da ascensão social da pequena burguesia. Isso dificulta aos estudantes a conquista de vitórias fora de um quadro de ascenso do movimento operário e popular ou sem que suas lutas estejam aliadas a esse movimento.

Esse isolamento social começou a se delinear após as lutas pela democracia que o movimento travou em 77. No entanto, quem causou seu aprofundamento foram as correntes majoritárias nas entidades gerais, que imprimiram ao movimento uma orientação frente-populista. Essas correntes (Tribuna Operária, Voz da Unidade e Hora do Povo) priorizaram as tentativas de alianças com reitorias e donos de escolas "progressistas" para "isolar o MEC", rebaixando as reivindicações estudantis e não buscando a unificação das lutas. Como as correntes classistas, em especial os petistas, não conseguiram gestar

uma alternativa, as lutas foram derrotadas ou apenas obtiveram vitórias muito parciais, gerando a crise.

Um balanço da diretoria da UNE

A atual diretoria da UNE representou a tentativa de correntes centristas do campo do classismo (Caminhando, Prestistas, Correnteza e Companheiro) em fazerem uma aliança com a mais forte corrente frente-populista (Tribuna Operária) na vã esperança de "puxá-la para a esquerda".

Como foi previsto no próprio nascedouro dessa aliança espúria, no Congresso de São Bernardo, ela teve vida curta. No instante em que os estudantes brasileiros mais precisaram de uma orientação política correta, ou seja, quando a oposição burguesa traiu a campanha das diretas-já e se orientou para a conciliação com o regime via o Colégio Eleitoral, a maioria frente-populista da diretoria arrastou a UNE para o pântano da conciliação.

Mesmo a vitória do classismo no V CONEB de pouco serviu, pois suas resoluções foram boicotadas, chegando mesmo a maioria da diretoria — frente ao centrismo pasmado e sem controle do aparelho

— a editar quatrocentos mil exemplares de um jornal que em tudo contradiz essas resoluções como propostas "da UNE" para a eleição dos delegados ao 36º Congresso.

Garantir a unidade do classismo

Uma parte dessas correntes (Companheiro e Correnteza), já está fazendo autocritica na prática, participando da articulação que os petistas vem desenvolvendo com vistas a unificar todo o campo classista no 36º Congresso da UNE. No entanto, a maior das correntes centristas (Caminhando) ainda vacila, fazendo para a unificação do classismo uma série de exigências descabidas e inaceitáveis.

Hoje quando as correntes estalinistas jogam mais clara e vergonhosamente o seu papel de aderir à candidatura burguesa e conservadora de Tancredo Neves essa vacilação é inaceitável. Não há como negar: qualquer corrente que se reivindica das posições classistas e rachar o campo destas posições para se aliar com os que pregam a conciliação estará se desmoralizando definitivamente perante os estudantes.

Eleições diretas para a UNE

As respostas políticas para a superação da crise do movimento estudantil devem estar ligadas à respostas também no plano organizativo, tendo-se claro que a existência de uma real democracia no movimento é condição para se iniciar e sustentar qualquer mobilização. Por outro lado, é certo que mudanças mais profundas nesse aspecto só ocorrerão num processo superior de mobilização. Desse modo, a proposta

de eleições diretas para a próxima diretoria da UNE assume uma grande importância. Se é verdade que será o encaminhamento concreto das lutas e reivindicações que reaproximará a entidade dos estudantes, também é verdade que as eleições diretas podem ser um excelente instrumento de agitação, colocando a entidade para largas parcelas dos estudantes, divulgando as diversas propostas existentes em seu interior e dando a legitimidade necessária

à próxima diretoria para melhor encaminhar essas lutas.

No entanto, não há mais tempo hábil para se realizar essas eleições ainda este ano. Assim, é necessário se eleger no Congresso uma diretoria que dirija as lutas e promova um amplo processo de eleições diretas no início do próximo ano, precedidas por um Conselho Nacional das Entidades de Base realmente preparado nas escolas.

Quem age contra a unidade do PT

Para avançar na construção do PT entre os estudantes é preciso superar os métodos sectários e de exclusão colocados em prática pelas correntes petistas ligadas ao O Trabalho e ao Coletivo dos Autonomistas e que levaram a resultados desastrosos.

No ano passado, durante o 35º Congresso da UNE as correntes petistas ligadas à revista *O Trabalho* e ao *Coletivo Autonomista* promoveram o racha na intervenção do PT, o que eliminou as chances das posições classistas e combativas de oposição à diretoria da UNE se tornarem majoritárias no Congresso.

Nas eleições diretas realizadas este ano para a UEE/São Paulo o mesmo erro ocorreu e agora de forma ainda mais desastrosa para o movimento. Majoritárias, estas duas correntes formaram uma chapa excluindo setores da esquerda petista mas integrando o PDT e setores ligados à hierarquia da Igreja. A corrente *Convergência Socialista* lançou uma outra chapa. Os votos dos estudantes petistas ou que se referenciam nas posições classistas se dividiram e a chapa formada pelos reformistas se tornou direção da segunda entidade mais importante dos estudantes.

O mais recente esforço de unificação dos petistas vem do Rio. Cerca de 100 delegados de núcleos das várias universidades se reuniram para definir a política do PT para as eleições da UEE/RJ. A partir daí o PT hegemonizou um processo representativo de formação de chapa, assegurando amplas condições de vitória. Destoantes, no entanto, foram as atitudes antidemocráticas da ex-Libelu, Autonomistas e alguns independentes. Não reconheceram o encontro, alegando que fora fraudado. Uma acusação totalmente infundada: a Executiva Regional do PT-RJ não só participou da organização do encontro, como, por três vezes, reafirmou sua legitimidade.

É preciso aprender com estes fatos. É preciso que estas correntes petistas façam auto-crítica prática neste Congresso, deixando de impulsionar encaminhamentos antidemocráticos, sectários e excludentes que levam à divisão ao campo das posições classistas.

Um processo de síntese

Não será pelo método de exclusão sectária nem pela eliminação truculenta das posições que o PT resolverá as suas divergências e se fortalecerá.

A base estudantil petista é bastante heterogênea. Há diversas correntes, algumas com existência

anterior ao próprio PT e cada qual com sua diferente concepção de partido e visão do movimento. Há grupos regionais e uma infinidade de estudantes não vinculados a uma corrente política em particular. Tudo isso em permanente movimento, em permanente discussão.

Dessa forma, a construção da intervenção no movimento estudantil deverá se dar através de um processo de síntese de toda essa heterogeneidade política, respeitando as inevitáveis divergências e as diversas injunções que variam de região para região.

Construir o PT no movimento

Este processo de síntese política deve vir acompanhado de uma política de construção do PT no movimento estudantil. Hoje a tarefa central dos petistas é a construção de seus núcleos nas escolas. Os núcleos devem ter como ponto de partida um intenso trabalho de discussão e propaganda do programa partidário e de suas propostas. As discussões específicas do movimento estudantil também são importantes, principalmente nas lutas e nas eleições mais gerais.

Os núcleos só podem ser constituídos sem excluir qualquer das diferentes visões que existem no interior do PT e respeitando as decisões democraticamente tomadas, com uma sólida unidade de ação da parte de todos os petistas.

I Encontro Nacional dos Petistas

A construção dos núcleos deve vir acompanhada da construção de suas instâncias de centralização, as secretarias estudantis municipais, estaduais e, após um acúmulo de forças, também a nível nacional. Esse processo tem que acompanhar a elaboração de um programa estudantil para o partido, mesmo porque a construção de instâncias de direção sem um programa que lhes dê embasamento acaba redundando em seu esvaziamento.

O fórum privilegiado para isso deverá ser o I Encontro Nacional dos Estudantes Petistas a ser realizado em maio do próximo ano, conforme deliberação da Reunião Nacional de Estudantes Petistas que se realizou por convocação da Executiva Nacional em 29 de setembro.

METALÚRGICOS BELO HORIZONTE/CONTAGEM

Ainda sem condições de dar o troco aos patrões

Sem conseguir recuperar o desgaste de dezesseis anos de peleguismo devido ao pouco tempo para organizar a campanha salarial, a nova diretoria do sindicato teve que selar o acordo com os patrões. O clima, porém, não é de derrota já que o acordo assinado é melhor do que o do ano anterior e novos ventos de mobilização começam a soprar na categoria.

Um novo quadro de forças nas relações entre patrões e 55 mil metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem começou a ser estabelecido a partir da campanha salarial deste ano. Embora o acordo ratificado com a federação patronal em assembleia no dia 28 de setembro não atenda ao conjunto das reivindicações operárias frente ao arrocho, representou, no entanto, um avanço. "É melhor do que os acordos anteriores, como o firmado em 1983 com base no famigerado decreto 2045, mas não resolve nossos problemas. Vamos assiná-lo e continuar a briga no interior das fábricas", afirmou o presidente do sindicato, Paulo César Funghi, para os mais de 600 metalúrgicos reunidos na assembleia.

Tendo assumido o mandato apenas no dia 1º de setembro, nestes 28 dias da campanha a nova diretoria orientou todo seu trabalho visando a organização dos metalúrgicos no interior das fábricas. Reuniões, assembleias foram realizadas em inúmeras empresas, chegando, inclusive, a haver paralisações localizadas, como a dos 120 operários da Mapri, pressionando os patrões e esquentando os motores da campanha.

Esta nova prática, inédita desde os 16 anos de domínio do pelego João Silveira, evidentemente encontrou inúmeras limitações. Nas três mil indústrias da região, a organização e mobilização de base praticamente inexistia. As traições do pelego, as derrotas anteriores, desgastaram o sindicato como instrumento de combate, lançando o descrédito e a insegurança

entre os metalúrgicos das maiores fábricas da Cidade Industrial, como a Belgo, a Mannesman, entre outras.

As primeiras assembleias da campanha compareciam 50, 100 metalúrgicos. Nas fábricas, a dificuldade de reunir, seja devido ao descrédito ou à insegurança frente às ameaças de repressão patronal, também se fazia sentir. Embora o processo de mobilização crescesse, pouco a pouco, a possibilidade de uma greve continuava a encontrar barreiras. Assim, a assinatura do acordo tornou-se inevitável e esta foi a proposta da diretoria do sindicato.

Clima não é de derrota

O clima, porém, entre os trabalhadores da região não é de derrota. Além do acordo ter sido "melhor" do que os anteriores, um processo de mobilização pelas bases foi desencadeado.

Os patrões, é claro, perceberam também esta nova realidade. Nas primeiras negociações, propunham reajuste de 100% do INPC para as faixas até 5 SM, daí em diante: efeito cascata do 2065, com base inicial de 80% do INPC. Nada falavam sobre aumento real de salários, reajuste trimestral, etc. No entanto, pressionados nas fábricas, com contratos de exportações de grande parte de sua produção, acabaram por propor reajuste de 100% do INPC até 7 SM; antecipação de salários de 15% em janeiro e julho; abono de emergência (não incorporado aos salários) de 20 a

70%, de acordo com o tamanho das empresas, em novembro deste ano.

Unificação

Com pequenas diferenças, foi também em cima destas propostas que os metalúrgicos de Betim assinaram o acordo. Trabalhando sobre uma pauta de reivindicações comuns com os sindicatos de BH e Contagem e João Monlevade, pela primeira vez, de fato, a iniciativa das lideranças sindicais orientou-se no sentido da unificação das campanhas. Realizou-se, inclusive, uma assembleia conjunta dos metalúrgicos destas entidades que reúnem o grosso dos metalúrgicos de Minas.

Com a campanha salarial de 84, uma nova dinâmica de mobilização e luta começa a ser construída no movimento sindical mineiro. Seus resultados serão imprescindíveis para a consolidação e afirmação de um polo sindical de combate contra o patronato, solidificando, através das comissões de fábricas, o processo de organização independente dos trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos de BH e Contagem jogará, neste sentido, importante papel. Caberá à nova diretoria aprofundar este processo, mobilizando e preparando a categoria "para evitar que os patrões, daqui pra frente, nos façam engolir acordos iguais a este", como disse o presidente da entidade, ao final da assembleia.

METALÚRGICOS DE SÃO PAULO

Diretoria esvazia campanha

A data-base dos 300 mil metalúrgicos de São Paulo é 1º de novembro. No entanto a campanha ainda não esquentou, não ganhou a confiança dos trabalhadores.

A oposição sindical, com base na representatividade conquistada nas últimas eleições, quando foi majoritária nas fábricas, empenha-se na mobilização. Na última assembleia geral da categoria a oposição conseguiu aprovar a realização de assembleias regionais, organizadas por comissões de mobilização. Estas assembleias são um importante canal para a democratização da campanha.

Segundo Arsênio, membro da Comissão de Fábrica da Asama, "a categoria esperava uma mobilização maior, mas a diretoria não joga forças para isso. As convocações para as assembleias são muito restritas. Não há dúvidas de que a diretoria trabalha para chegar a um acordo por cima. Nosso trabalho, da oposição, é de convocar e mobilizar. Nosso objetivo é conquistar aumentos reais e não só a antecipação com desconto posterior. Nós não reivindicamos aquilo que o patrão já deu, mas o que a categoria quer. Este é o nosso compromisso".

Da unificação que não houve ao imobilismo

Nos meses de agosto e setembro foram realizadas inúmeras greves pelos metalúrgicos de São Paulo. A atuação da diretoria nessas greves não foi no sentido de unificá-las, chegando mes-

mo, em pelo menos dois casos (Pirelli e Pial), a ser responsável pela derrota dos trabalhadores (nessas fábricas as greves culminaram na demissão da comissão de fábrica).

Atualmente vigora no interior da diretoria do Sindicato a visão de que uma greve agora em São Paulo seria um pretexto para a extrema-direita "desestabilizar" o atual processo indireto da sucessão. Portanto, a greve deve ser evitada a qualquer preço.

Assim, ela joga por um lado para conter as reivindicações em limites aceitáveis pela FIESP. Apresenta como objetivo legalizar o que já foi conseguido, como as antecipações, deixando os aumentos de lado. Transforma a reivindicação de formação das comissões de fábricas em braços da diretoria, organismos assim confiáveis aos patrões.

Segundo Geraldo, também da Comissão de Fábrica da Asama, "como nos anos anteriores, a campanha segue sob controle da diretoria. Ela passa a idéia, para os trabalhadores que pode resolver por eles e portanto desmobiliza. A sua tática é conhecida: leva a campanha em "banho maria" e na assembleia final faz denúncias "radicais" contra os patrões para finalmente chegar onde quer: um acordo sem mobilização e sem conquistas. Evita que a oposição entre na Comissão de Salários. Por isso, lutamos para quebrar o seu controle e para que nossas reivindicações não fiquem naquilo que já está praticamente cedido pelos patrões".

METALÚRGICOS DE CANOAS / RS

Eleita nova diretoria

Nos últimos dias, 10, 11 e 12 foi eleita a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Não houve grandes novidades. A chapa única, apresentada pela diretoria anterior, obteve 3 mil 125 votos dos 3 mil 155 trabalhadores que compareceram às urnas. Não houve sequer segundo turno pois o quórum de dois terços do total de 4 mil 153 associados aptos a votar foi largamente ultrapassado.

A diretoria anterior foi basicamente reafirmada pela categoria. Segundo o vice-presidente Sérgio Matte, "ninguém se atreveu a fazer oposição porque não havia o mínimo espaço. Desde que varremos o pelego daqui, o que temos visto é aumentar a confiança da categoria no seu sindicato e na diretoria." Para comprovar essa afirmação explica que há três anos o sindicato tinha pouco mais de 2 mil associados e hoje conta com mais de 4 mil, significando cerca de 40% da categoria, um índice bem acima da

média de associação sindical de 24% dos trabalhadores na indústria.

No balanço da gestão anterior, consta uma série de lutas específicas de fábricas, a obtenção dos melhores índices de estado nas campanhas salariais, a luta durante todo o período contra o desemprego e uma intervenção decisiva na Construção da Central Única dos Trabalhadores. Isso ao ponto do presidente do Sindicato, Paulo Renato Paim, ter sido eleito secretário geral da CUT.

Para o próximo período a atual diretoria pretende centrar sua intervenção na organização de comissões de fábrica, na luta por melhores salários, mais empregos e pela redução da jornada de trabalho, assim como dar continuidade à tarefa central de construção e enraizamento da CUT. Outro compromisso da nova gestão é entregar à categoria a nova sede do sindicato que começou a ser construída há cerca de um ano. (Por Paulo César da Rosa)

METALÚRGICOS DE CAMPINAS

Uma greve vitoriosa

▲ grande vitória obtida pela oposição nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas começa a ter seus efeitos positivos na categoria. Na segunda quinzena de setembro, os operários da Bendix decidiram ir a greve, em uma assembleia de oitocentos operários, reivindicando 30% de aumento salarial e estabilidade no emprego.

O movimento grevista que contou inclusive com a adesão dos funcionários da administração durou oito dias. Durante este período, os trabalhadores picavam o cartão de ponto e se dirigiam para o pátio da empresa onde permaneciam em assembleia

permanente. Todas as tentativas da empresa para desmobilizar os trabalhadores fracassaram.

A greve chegou ao final com importantes conquistas econômicas. Os trabalhadores obtiveram um reajuste salarial de 10% acima do INPC e o pagamento de três meses no caso de demissão.

Ao final, centenas de operários se dirigiram em passeata para o centro de Campinas marcando simbolicamente uma nova fase de lutas para o movimento operário da cidade.

METALÚRGICOS DO RIO DE JANEIRO

Frente única para vencer o pelego

Há grandes chances da oposição vencer a chapa pelegos — Hora do Povo que há anos domina o segundo maior sindicato da América Latina.

Quando do fechamento desta edição ainda transcorria um dos mais importantes processos eleitorais sindicais dos últimos anos. Não só pela importância do sindicato - o segundo maior da América Latina - como pela possibilidade real de afastar de sua direção uma burocracia sindical corrompida, que se formou no interior deste sindicato ao longo dos vinte anos de ditadura, aliados aos principais auxiliares dos pelegos há anos, os apoiadores do jornal **Hora do Povo**. A tática sindical utilizada, a frente única contra os pelegos, uniu as principais correntes do movimento sindical carioca, o PC e o PT, abrindo as condições para a retomada do sindicato pelo movimento operário.

Valdir Vicente, cabeça da chapa 1, presidente do sindicato cassado por corrupção em 1973, na realidade nunca deixou de controlar o aparelho do sindicato desde essa época. Controlou a máquina do sindicato através do interventor, como controlou mais tarde através do seu pupilo Pimentel, presidente por duas gestões consecutivas de

uma diretoria na qual figurava como representante na Federação.

Como pelego "moderno", utilizou de alianças com setores de esquerda, a quem cedia parte do "aparelho sindical", mas jamais a direção política do sindicato, que por ele era usado para quebrar greves, usando bandos de desordeiros para surrar operários grevistas, como na FIAT, ou vendendo aos patrões uma greve por pagamento de salários como na Ciferal. Profissionalmente, além de "dirigente sindical", é hoje patrão, dono de uma Corretora de Imóveis.

Empate no segundo escrutínio

Para muitas correntes de esquerda, a participação na direção do sindicato tornou-se a questão central, como única forma de quebrar a hegemonia do sindicalismo pelego da gang Valdir-Pimentel. Dessa forma, nas eleições que se realizaram há seis meses, foi organizada uma chapa onde Valdir compôs com o PC e alguns setores do PT.

Contudo, a composição desta chapa desconheceu dois fatores de peso. Em primeiro lugar, a insatisfação da cate-

goria e a sua radicalização, tornando-a extremamente receptiva às propostas de oposição e a capacidade de resposta de uma corrente excluída do conchação, os apoiadores do **Hora do Povo**. Houve ainda uma tentativa de um setor petista de lançar uma chapa própria, que embora combativa era muito minoritária e carente de infra-estrutura para aparecer como alternativa para a categoria. A campanha do **Hora do Povo** com muito dinheiro, carros de campanha, cartazes tomou corpo e conseguiu no segundo escrutínio um surpreendente empate, o que levou a um novo processo eleitoral e a um reordenamento geral das chapas.

Frente única

O PT se unificou e conseguiu chamar o PC à unidade, oferecendo uma opção real de oposição para a categoria. O metalúrgico Nelson, principal líder operário das greves do estaleiro Emac (que conquistou o melhor piso da categoria no estado) é o candidato a presidente da chapa que poderá abrir o sindicato para a categoria e o movimento.

A chapa 3 lançada por um setor da diretoria como também de oposição é apenas mais uma manobra da burocracia, mas que não vem encontrar eco algum nas portas de fábrica (menos de 0,5% de preferência, de acordo com uma pesquisa de opinião feita nas portas das fábricas, contra 28% para a oposição e 22% para a chapa Valdir-Pimentel).

O bloco Pelego - **Hora do Povo** tem evidenciado sua fragilidade. O **Hora do Povo** perdeu a máscara de oposição, embora tenha assumido o controle da campanha pois os pelegos não ousam sequer aparecer nas portas das fábricas, não conseguem iludir a categoria, que os identifica agora como os principais aliados da atual diretoria.

A possibilidade da vitória da categoria através da chapa 2 nos deixa a lição de que a construção da frente única operária não é apenas um discurso programático nem uma possibilidade abstrata, mas uma necessidade para a efetiva construção de uma consciência classista que varra a pelegada patronal do movimento sindical brasileiro.

Rio de Janeiro

Trabalhadores em computação se organizam

Os trabalhadores em processamento eletrônico de dados obtiveram importante vitória com o enquadramento sindical concedido pelo ministério do Trabalho em julho último. Esta era uma antiga reivindicação da categoria que deseja construir seu sindicato, um passo significativo na auto organização deste setor.

No Rio de Janeiro foi criada a Associação Profissional Pré-sindical, primeira etapa para a obtenção da carta sindical. A chapa de fundação é composta de companheiros de diversas visões políticas e tem participação expressiva de militantes do PT.

Seu programa resume as principais lutas em pauta para a categoria e tem como principal ponto a filiação de dez mil trabalhadores em processamento de dados, número básico para criação do sindicato, a participação nos dissídios em que a categoria está envolvida (bancários, comerciários, etc.), a luta pela regulamentação da profissão atualmente em tramitação no Senado.

Em relação ao movimento sindical desde que existem na diretoria setores que apoiem a CUT e outros a Conclat, a entidade comparecerá a todos os eventos promovidos por uma ou por outra e procurará esclarecer a categoria sobre as propostas de cada entidade e as suas divergências.

São Paulo

"Oposição Independente" vitoriosa na capital

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação, Distribuição de Água e Serviços de Esgotos de São Paulo, que reúne cerca de 25 mil trabalhadores da Sabesp e Cetesb, acaba de realizar suas eleições.

Quase nove mil associados participaram desta eleição e descartaram a disputa a chapa de continuidade dos pelegos: a chapa "Renovação com experiência" obteve apenas 1482 votos. A opção da categoria voltou-se para as duas chapas de oposição e será entre elas que seguirá a disputa no segundo escrutínio, marcado para 17, 18 e 19 de outubro.

O mais importante para a categoria é agora identificar qual chapa realmente representa os seus anseios de mudança. A Chapa 2, "Oposição Independente", vitoriosa na capital com 2660 votos, (566 votos no interior), representa a proposta de organização independente da direção das empresas do governo. Já a chapa 3, "Oposição Democrática" (2478 votos na capital e 1581 no interior), se chegou taticamente a opor-se aos pelegos, representa o atrelamento do sindicato ao governo do estado — que aliás dispensou inúmeros funcionários para a campanha eleitoral da chapa 3. É significativo que o seu candidato a presidente tenha declarado ao jornal **Tribuna Operária** seu apoio a Tancredo e à participação no colégio eleitoral.

Neste segundo escrutínio o que está em jogo é a independência da nova diretoria frente ao governo-patrão: será que uma chapa que apoia e é apoiada pelo governo Montoro pode vir a representar os interesses dos trabalhadores?

Bancários RS

Venceu por larga maioria a chapa 2

A Chapa 2 liderada por José Fortunati (presidente) e Olivio Dutra (Secretário) venceu por larga margem de votos o segundo turno das eleições para a renovação do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. De um total de 9.012 votantes, a chapa vencedora obteve 4.979, contra 2.569 da chapa 1 e 1.259 da chapa 3. Houve ainda 105 votos nulos e 91 em branco. Este resultado ampliou a margem de diferença da chapa vencedora em relação ao primeiro turno.

Tanto a Chapa 1 como a 2 eram hegemônicas por militantes sindicais petistas. Durante a fase de articulação das chapas, a Secretaria Sindical do PT gaúcho entrevistou no processo realizando reuniões de bancários do partido no sentido de unificar as duas chapas, já que as diferenças não eram políticas mas de método de trabalho.

A chapa vencedora tinha desde o início setores com posição mais reticente à unidade enquanto na outra, apesar do discurso favorável a unidade, também se trabalhava contra na prática. A posição do PT foi tirada em várias reuniões da Executiva e mesmo do Diretório Regional. Não adiantou! Sairam as duas chapas. A outra, que tentou capitalizar a divisão do PT era uma articulação de setores de direita com o apoio da **Hora do Povo**.

NICARÁGUA

Quem tem medo da democracia?

A menos de um mês da realização das eleições na Nicarágua, os dirigentes sandinistas denunciam um plano militar dos EUA programado para impedi-las. Ao mesmo tempo, prosseguem as manobras dos partidos burgueses da Nicarágua, com ampla cobertura da imprensa internacional, visando o boicote às eleições.

Às vésperas das eleições presidenciais na Nicarágua, o imperialismo americano iniciou uma nova ofensiva político-diplomática visando o isolamento da revolução sandinista o que abriria o caminho para uma intervenção militar direta na região. O coordenador da Junta de Governo de Reconstrução Nacional, comandante Daniel Ortega, em discurso pronunciado na Assembléia Geral das Nações Unidas, no dia 2 de outubro, afirmou que os Estados Unidos estão preparando uma invasão militar da Nicarágua antes do final de outubro, e a posse de um "governo fantoche" no país para impedir a realização das eleições marcadas para 4 de novembro.

Segundo Ortega, "a ofensiva militar está programada para começar no dia 15 de outubro. As forças mercenárias do Pentágono e da CIA já estão concentradas nas áreas fronteiriças em Honduras e na Costa Rica. Estão prontas também as forças norte-americanas que seriam empregadas para bombardeios, desembarque de tropas e incursões dentro da Nicarágua".

Ao mesmo tempo, na reunião da Internacional Socialista realizada no começo deste mês no Rio, os dirigentes social-democratas, Willy Brandt e Carlos Andres Perez afirmaram ser possível uma intervenção militar americana na Nicarágua, antes das eleições presidenciais ianques em 5 de novembro.

Pressão em várias frentes

A ofensiva política, militar e diplomática se desenvolve em várias frentes: através das fortes pressões do governo Reagan para liquidar os acordos de

Contadora; através do boicote da oposição burguesa nicaraguense às eleições de novembro; através das pressões da própria social democracia sobre o governo sandinista para aceitar as exigências da oposição contra-revolucionária nicaraguense. Trata-se, sobretudo, de isolar política e diplomaticamente a revolução centro-americana para facilitar a intervenção militar direta do imperialismo americano na região.

Ao anúncio do governo de Reagan que não assinaria os acordos de Contadora, sob alegação que não existiriam na Nicarágua as "garantias" para a aplicação democrática dos acordos, seguiram-se os anúncios dos governos direitistas centro-americanos contrários à aplicação dos acordos de Contadora. Paralelamente, a reunião da Internacional Socialista foi o palco das negociações entre os sandinistas e o representante da chamada coordenadora Democrática "Ramiro Sacasa", Arturo Cruz (funcionário do Banco de Desenvolvimento Interamericano, residente em Washington).

O boicote dos partidos burgueses

O boicote/eleitoral deste setor da oposição nicaraguense parte do mais completo isolamento político destes partidos. Participar das eleições de novembro lhes acarretaria uma fragorosa derrota e uma contundente legitimação do sandinismo na condução do processo revolucionário no país. Cientes dessa situação, os dirigentes da Coordenadora passaram a apostar com forças crescentes numa intervenção militar americana; daí a convergência cada vez



maior destes setores com a contra-revolução armada representada pelas Forças Democráticas Nicaraguenses (FDN) e ARDE, que atuam sob o comando do Pentágono e da CIA nas regiões fronteiriças da Nicarágua com Honduras e Costa Rica. Sem esquecer a participação do traidor Eden Pastora que chefia um outro grupo contra-revolucionário.

As exigências da Coordenadora Democrática para participar das eleições são exemplares quanto à sua determinação de liquidar o processo revolucionário nicaraguense. Ela exige a extensão por prazo indeterminado do período de registro de chapas adicionais de candidatos; uma Constituição Política calcada nos moldes das "democracias ocidentais" (ou seja, capitalistas); revogação das leis que violam os direitos humanos; revogação das leis que violam a propriedade privada; separação Estado — Partido o que significa praticamente o abandono do poder pelos sandinistas, especialmente do controle do Exército, a Polícia e as milícias, igualmente as organizações de massa, como a Central Sandinista de Trabalhadores e os Comitês de Defesa Sandinista não devem receber mais apoio do governo e deixar de serem dirigidas pela FSLN: proibição de voto aos membros do Exército Popular Sandinista e a milhares de jovens se for elevada a idade mínima para votar.

Alargamento das liberdades

Na verdade, o que se assiste na Nicarágua é um processo de alargamento sem par das liberdades democráticas.

De um lado, o processo eleitoral para a FSLN é uma forma de politizar e mobilizar de forma bastante ampla as amplas massas do país. De outro, responde a uma tática de isolar os partidos da oposição burguesa no campo político, minando os seus esforços de utilizar o desgaste econômico provocado pela agressão imperialista contra o governo sandinista.

Entre as medidas democráticas adotadas pelo governo sandinista, merecem especial menção: a extensão dos prazos para inscrição de chapas adicionais para concorrer nas eleições; o aumento dos espaços gratuitos na tv e no rádio para todos os candidatos; o reconhecimento legal dos pequenos partidos, os subsídios governamentais às campanhas eleitorais, o aumento da participação dos partidos no Conselho Supremo Eleitoral; o fim da censura à imprensa exceto para as questões militares e de segurança nacional), a liberdade de viajar até as regiões atingidas pelos ataques dos contra-revolucionários; o programa da Anistia que atinge a todos os cidadãos exceto aos líderes da contra revolução armada; o levantamento da proibição de realizar comícios em praça pública, o restabelecimento do direito de greve e de habeas corpus, a garantia de pagamento, pelo Estado do tempo de serviço utilizado pelos candidatos para fazer campanha eleitoral.

Estas medidas são aplicadas a todos os nicaraguenses e seus partidos, participantes do processo eleitoral. Cerca de um milhão e meio de pessoas estão inscritas para votar.

Assine EM TEMPO

À Editora Aparte Ltda.
Rua Francisco Leitão, 58 — Pinheiros — SP
CEP 05414 — Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual ou semestral de jornal EM TEMPO.

Nome:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Bairro:

CEP:

Assinatura anual: Cr\$ 10.000,00

Assinatura semestral: Cr\$ 6.000,00

Assinatura exterior anual: US\$ 35

Um jornal que apóia a Revolução Centro-Americana



Amadurece uma crise pré-revolucionária

Enquanto a crise econômica atinge níveis assustadores, o governo reformista da UDP se desgasta, a direita se reagrupa e uma nova hegemonia política se gesta no movimento operário.

A Bolívia vive hoje a mais importante crise pré-revolucionária desde a revolução de 1952, quando o povo em armas destruiu o aparelho de estado oligárquico mas a ausência de uma vanguarda revolucionária entregou o poder à burguesia reformista do MNR.

Essa crise está marcada profundamente pela falência do modelo econômico capitalista dependente, imposto pelo imperialismo. Com uma dívida de 6 bilhões de dólares — pesada para a economia boliviana — e condições internacionais adversas para suas exportações, o FMI está tentando submeter o país a um bárbaro arrocho dos salários dos setores populares. Um genocídio se considera que o salário médio é de 10 dólares por mês (um terço do salário mínimo brasileiro).

De outro lado, o atual regime democrático é o resultado da derrota da direita e das Forças Armadas, vinculadas ao narco-tráfico. Foram as mobilizações operárias comandadas pela COB que em 1982 derrubaram a ditadura narco-traficante e deram posse ao presidente eleito em 1980 e impossibilitado de assumir por um golpe militar.

Essa direita e os militares fascistas também sofreram um profundo desgaste de imagem internacional por seu envolvimento com drogas. Daí que a única esperança de voltar ao poder, para a direita, está no desgaste do atual governo reformista, que lhe permitiria ganhar novamente bases sociais. Por enquanto, mantém suas estruturas para-militares.

O desgaste da UDP

O governo reformista da UDP (aliança que inclui nacionalistas burgueses, social-democracia e estalinistas) vem sofrendo um acelerado desgaste frente as massas desde que converteu-se em interlocutor do FMI e executor das medidas econômicas e políticas propostas pelo imperialismo. O VI Congresso da COB demonstrou que até o PCB, de tradicional implantação operária, já perdeu largas bases de sustentação e que as massas exploradas têm se desiludido de qualquer alternativa do reformismo.

É aí onde surge o terceiro elemento da crise boliviana. Elemento que esteve ausente nas anteriores conjunturas críticas: o embrião de uma direção revolucionária proletária. A princípios deste ano constituiu-se a Direção

Revolucionária Unitária (DRU) que agrupou primeiramente aos quatro principais partidos de esquerda que não estão no governo. Rapidamente ganhou a adesão de outros partidos (até rachas de partidos situacionistas) e de outras organizações operárias e camponesas. Se a COB é um órgão de frente única operária e popular, a DRU é o instrumento político o embrião da Frente da Esquerda Revolucionária.

Crise e falência do modelo econômico, desmoralização da direita, desgaste e falência das alternativas de reformistas e de conciliação de classe, e o reagrupamento da esquerda revolucionária para a discussão de uma estratégia revolucionária, de um projeto de poder. Eis aí os quatro principais ingredientes da conjuntura boliviana que conformam uma crise pré-revolucionária.

A importância da solidariedade

Porém, são vários ainda os problemas que se colocam para os revolucionários bolivianos. Em primeiro lugar, o PCB continua a ter um peso importante na classe operária e, em consequência, sua oposição pode levar a um impasse no campo das esquerdas. Porém,

já existe a proposta de ele se integrar à DRU. Em segundo lugar, é evidente que nas próximas semanas ou meses haverá novas tentativas de golpe militar.

As classes trabalhadoras estão desarmadas para enfrentá-los. Em vários casos, conseguiu desestruturar à direita pela própria fraqueza da direita. Porém a crise do reformismo e o acirramento das lutas de classe (com uma perspectiva revolucionária) poderão levá-la junto com o imperialismo a tentativas mais sérias de golpe. Impõe-se o desenvolvimento rápido da auto-defesa popular armada. Por último, o DRU é ainda o embrião da direção revolucionária que precisa a revolução boliviana. Precisa estender-se para as bases, desenvolver seu programa político e atrair as mais largas camadas populares a um programa revolucionário.

Finalmente, a Bolívia é um país que vive sob a influência do poder geopolítico brasileiro. Será de fundamental importância a solidariedade do povo e os revolucionários do Brasil para com a classe operária boliviana e para barrar o apoio aos golpes de estado de direita que se preparam.

Para ler a conjuntura boliviana

ADN — Aliança Democrática Nacionalista, partido de direita. Dirigente principal: o ex-ditador Hugo Banzer (no poder de 1971 a 1978).

COB — Central Operária Boliviana. Na verdade uma "frente única" operária e popular, pois inclui representantes operários, camponeses, de profissionais liberais, e estudantes. Mas estatutariamente a representação operária é majoritária em todos os níveis. Fundada em 1952, no bojo da revolução que acabou com o aparelho de estado oligárquico e deu espaço ao MNR de Paz Estenssoro e Siles Suazo para chegar ao governo (os quais foram cada vez mais se acercando ao imperialismo e foram novamente derrubados).

CSUTCB — Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia. Agrupa a todos os camponeses pobres. Integra a COB.

DRU — Direção Revolucionária Unitária. Frente de partidos de esquerda e organizações operárias. Inicialmente formado pelo POR-Unificado, o PRIN, o PS-1 e o PCB-ML. Integram agora o MRTK, MIR-Laboral, o Movimento Campones de Bases, o POR-Em pé, etc. Teve a hegemonia no VI Congresso da COB. Propõe um programa revolucionário para a saída da crise.

MIR — Movimento de Esquerda Revolucionária. Partido social-democrata. Principal dirigente: Paz Samora, vice-pres. da Bolívia. Integra a UDP.

MIR-Laboral — Racha do MIR situacionista, que incluiu toda sua ala operária. Está na DRU.

MNR-I — Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda. Partido burguês reformista. Racha do antigo MNR. Principal dirigente: Hernán Siles Suazo, pres. da Bolívia.

MNR-H — Movimento Nacionalista Revolucionário — Histórico. Partido burguês. Principal dirigente: Hugo Paz Estenssoro, ex-pres. da Bolívia.

MRTK — Movimento Revolucionário Tupac Katari. Principal dirigente: Jenaro Flores, presidente de CSUTCB. Integra a DRU.

PCB — Partido Comunista Boliviano. Estalinista. Integra a UDP.

PCB-ML — Partido Comunista Boliviano - Marxista Leninista. Maoista. Integra a DRU.

POR-De pie — Partido Operário Revolucionário - Em pé. Trotsquista. Dirigente principal: Cirilo Jimenez. Integra a DRU.

POR(Lora) — Partido Operário Revolucionário. Dirigente principal: Guillermo Lora. Caracteriza-se por uma política sectária.

POR-Unificado — Partido Operário Revolucionário Unificado. Seção boliviana da Quarta Internacional. Principal dirigente: Felipe Vazquez. Integra a DRU, criada por iniciativa sua.

PRIN — Partido Revolucionário de Esquerda Nacionalista. Principal dirigente: Juan Lechin, presidente da COB há muitos anos. Tem reivindicações anti-imperialistas e reformistas. Integra a DRU.

PS-1 — Partido Socialista-Um. Segue o ideário do líder operário assinado Marcelo Quiroga. Integra a DRU.

A importância do VI Congresso da COB

Por Paulo Azevedo.



Foi realizado em Cochabamba, Bolívia, o VI Congresso da COB (Central Operária Boliviana) com a presença de 1.200 delegados, sendo a metade com direito a voto.

A COB foi fundada em 17 de abril de 1952, e é hoje sem sombra de dúvida o mais autêntico e reconhecido bloco social revolucionário da Bolívia. Estão presentes em sua direção: operários, importantes setores das camadas médias e o setor majoritário do país, os camponeses. Este é um dado político importante a ser considerado na COB, a participação camponesa. Há cinco anos foi fundada a CSUTCB (Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia), para se contrapor à conservadora Confederação de Trabalhadores Camponeses Nacionalistas da Bolívia.

A CSUTCB filiou-se a COB há três anos e hoje faz parte da sua CEN (Comissão Executiva Nacional), sendo dentro do campo popular um dos setores mais avançados. Sua reivindicação básica não é a Reforma Agrária - esta foi realizada em 1953 - mas sim transporte para sua produção e melhores preços.

A derrota do "oficialismo"

A COB representa na verdade uma autêntica frente política, que em momento algum, qualquer organização política boliviana conseguiu realizar. Como diz Filemón Escobar, líder mineiro, a "COB é em outras palavras a síntese da Nação". Seu poder político é tão forte e representativo, que foi a COB o fator determinante na luta pela derrota do governo fascista de Garcia Meza e a subida ao poder do governo da Unidade Democrática Popular (UDP) do atual presidente Siles Suazo.

A polarização no Congresso deu-se em dois blocos: os chamados "oficialistas" que fazem parte do atual governo da UDP (principalmente o PCB - partido Comunista Boliviano) e os "não oficialistas" agrupados majoritariamente na Direção Revolucionária Unitária (DRU) fazendo parte também a delegação dos camponeses.

A correlação de forças no Congresso demonstrou que a DRU possuía um maior número de delegados, o que significa uma derrota política para o PCB (o Ministro do Trabalho é deste partido) e um fortalecimento do bloco popular não alinhado ao governo da UDP.

Tanto na eleição do Presidium do Congresso (membros da mesa que dirigiu os trabalhos da Plenária) como na eleição das mesas diretivas das 10 comissões de trabalho saiu vitoriosa a DRU.

A Comissão Política é considerada a mais importante e por tradição é aberta para todos os que quiserem assistir (delegados ou não). As teses aprovadas são votadas pela mesa, que por sua vez é eleita na Plenária do Congresso pelos delegados com direito a voto. A tese política do PCB reconhece os erros e equívocos do governo da UDP, porém defende o atual processo democrático; posição difícil de se defender diante dos trabalhadores, visto que a atual política econômica do governo, ditada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) é extremamente prejudicial à classe operária. Esta tese foi derrotada na Comissão Política.

Alternativa popular

As duas teses aprovadas e que iriam ser levadas à plenária final, foram a do dirigente sindical mineiro Filemón Escobar e a da Direção Revolucionária Unitária.

A tese de Filemón Escobar, "O destino da conjuntura democrática será também o destino da classe operária e da Nação", postula que "não há solução para a crise econômica nem para a crise política, que agora atentam contra a sobrevivência da conjuntura, à margem das massas e suas próprias direções naturais (...) e que somente com a aplicação do Programa de Transição será possível que a COB seja reconhecida como a única alternativa de poder popular por toda a nação".

Já a tese da DRU diz que a "COB junto às organizações revolucionárias deve converter-se no eixo articulador de uma nova alternativa popular que permita aos explorados avançar no caminho de sua libertação definitiva". As duas teses aprovadas reconhecem a profundidade da crise política e econômica e a falta de alternativa popular do governo da UDP, não pregando porém ser este governo o inimigo principal do proletariado boliviano, mas sim a oligarquia nativa, os militares fascistas e o imperialismo norte-americano.

Plano de Emergência

Quanto à questão econômica, a COB tem um Plano Econômico Social de Emergência, que prevê entre outras reivindicações, um salário mínimo vital com escala móvel, monopólio do comércio exterior, defesa das empresas estatais, dos recursos naturais, implantação da cogestão operária e camponesa, rompimento dos contratos de operação com as empresas petrolíferas estrangeiras (contratos de risco) e o não pagamento da dívida externa.

Pela sua representatividade e independência de classe, e por isto a sua defesa firme dos explorados, acreditamos que o resultado do VI Congresso da COB, jogará um papel importante na mudança política do governo da UDP e sem dúvida nos destinos da revolução socialista na Bolívia.

Paulo Azevedo assistiu ao VI Congresso da COB, como representante da Central Única dos Trabalhadores.

Qual é o eixo da conjuntura política atual na Bolívia, e qual a significação nela do VI Congresso da COB?

C. Bohst — PS-1 — O problema central é o da situação econômica; mas no povo boliviano isso vai unida ao problema estritamente político. Quer dizer, a preocupação de ter um instrumento político e de discutir o problema do poder político.

Nesse marco, a desastrosa gestão do governo da UDP levou a que o campo popular se separasse do governo. E também provocou o repúdio das massas aos partidos da UDP e, simultaneamente, a procura de uma alternativa própria. A DRU tenta construir essa alternativa. O grave do caso é que a falência política de UDP também desprestigiou a toda a esquerda. A DRU tem a missão de recompor essa imagem. Eis aí a importância do VI Congresso. As classes trabalhadoras e seus aliados encontraram no DRU um referente; deram-lhe a confiança, possibilitaram seu acesso majoritário à direção da COB.

— Como e por quê formou-se a DRU?

A. Moreno — POR-Unificado — A DRU teve sua base inicial em quatro partidos, PRIN, PS-1, POR-Unificado e PCB-ML. Teve sua prova de fogo no Congresso Mineiro de Matilde neste ano.

O objetivo central da formação da DRU é dar uma resposta à falência da UDP, ao seu desgaste no movimento operário e à ruptura dos trabalhadores com o governo udepista identificado com o FMI e uma política pró-burguesa. De outro lado, assistimos ao surgimento de uma forte posição de direita, de setores narco-facistas e a aproximação de setores populares despolitizados em relação aos partidos da direita.

A desastrosa gestão do governo da UDP levou a que o campo popular se separasse do governo. E também provocou o repúdio das massas aos partidos da UDP e, simultaneamente, a procura de uma alternativa própria.

A DRU surge nesse contexto para dar resposta à necessidade de uma alternativa própria dos trabalhadores na luta dos seus objetivos históricos que estão claramente expressos nas Tese Política do 4º Congresso da COB. A DRU surge para preencher esse vazio político, para dar direção ao povo trabalhador, para preparar os trabalhadores frente à ofensiva da direita, frente ao perigo de golpe de estado, e contra a política de fome do governo da UDP.

— Que avaliação tem vocês da atuação da DRU no Congresso da COB?

C. Bohst — PS-1 — O problema é o seguinte. A DRU é uma frente política que assiste ao VI Congresso com um elemento fundamental: a certeza de que está canalizando o conteúdo da consciência dos trabalhadores. Não levou ao Congresso uma organização acabada. Nem um "aparelho". Ao contrário, quem tem aparelho é a situação ("oficialismo"), trouxe uma organização forte, com dinheiro, etc. Mas, o nosso "capital" conseguiu hegemonizar o Congresso. Foi a consciência dos trabalhadores que deu a vitória à DRU.

Mas, por que não foi aprovado o nosso documento político? É que percebemos que com a aprovação do documento político da DRU a situação abandonaria e racharia o Congresso. Não aprovar o nosso documento foi uma decisão nossa. Mas, certamente, será a prática a que nos permitirá impulsionar as propostas políticas.

E nós, apesar de termos a hegemonia numérica e política, ao compor a chapa para a direção deixamos seis vagas para a situação. Essas vagas foram preenchidas por quatro militantes do PCB, outra pelo MNRI e a última pelo MIR (os três partidos de governo e coligados à UDP). Há uma força só que não tem representação na Executiva da COB, o Partido Operário Revolucionário-Em pé (POR-De Pie), mas é o único grupo. Agora, o que é evidente é que as figuras mais expressivas, os dirigentes operários tradicionais dos hoje partidos situacionistas saíram da Executiva da COB. Mas não foi uma decisão da DRU. Foi uma exigência dos trabalhadores; o Congresso não fez mais que acatar essa decisão.

A. Moreno — Por-Unificado — Temos que esclarecer um ponto. Tem se acusado muito à DRU de ter manobrado

ria de cargos entre nossas organizações; se tivesse sido assim, o POR-Unificado poderia ter entrado com quatro membros; mas nosso partido tem só um membro na Executiva. A razão é simples: as lideranças operárias de outros partidos, como o PRIN são mais representativas que as do POR-Unificado. Por isso, o PRIN entrou com cinco ou seis membros na Executiva.

Quer dizer, não houve manobra. Todos os dirigentes do Comitê Executivo da COB atual são representativos. Que a maioria são da DRU é uma questão, que os partidos de situação são minoria é outra questão. Os partidos situacionistas tem-se desgastado no movimento operário-popular. O movimento operário-popular no VI Congresso da COB puniu o PCB. E isso não foi decidido pela DRU, senão pelos próprios trabalhadores. Não

A. Moreno — POR-Unificado — Na verdade, a revolução boliviana tem um grande déficit. Não tem uma direção revolucionária. A DRU surge precisamente para preencher essa necessidade. E logo coloca-se no campo da luta de classe como um terceiro elemento entre o desgaste da UDP e o surgimento da direita. Neste momento, a responsabilidade principal pela condução da revolução boliviana é da DRU e qualquer derrota será também uma responsabilidade dela. Temos a responsabilidade de dar ao povo boliviano esta direção revolucionária unitária, uma força classista na luta pelo poder.

A Direção Revolucionária Unificada vai crescer no próximo período como uma alternativa política para o povo boliviano.

Uma nova experiência de unidade da esquerda

Aqui, uma entrevista colhida após o Congresso com cinco membros da Direção Revolucionária Unificada, que hegemonizou o VI Congresso da COB.



na eleição do Comitê Executivo da COB. A verdade é a seguinte: o nosso princípio guia foi que os membros da Executiva tinham que ser representativos da sua base. Acontece que o PCB é minoritário entre os mineiros, entre os petroleiros, entre gráficos, entre os camponeses, nos sindicatos fabris e em vários outros setores. Mas o PCB é forte e representativo em construção e ferroviários.

O PCB é atualmente minoritário entre os mineiros, entre os petroleiros, entre os gráficos, entre os camponeses, nos sindicatos fabris e em vários outros setores.

Então o que se seguiu foi o critério da representatividade dos dirigentes em relação às suas bases. Até que poderíamos ter manobrado entre os partidos da DRU para fazer uma repartição igualitária

foi por acaso que o principal dirigente operário do PCB não pôde falar na abertura do Congresso pelas vaias da plenária.

— A DRU sobreviverá ao Congresso da COB? Quais serão suas tarefas imediatas?

F. Araya — independente Não é que a DRU vai "sobreviver", mas que a DRU está começando a crescer. Agora, não estamos à procura da unidade pela unidade, como é o caso da UDP, mas uma unidade dentro de um projeto de libertação, abrangendo todo o leque de questões desde as políticas, passando pelas econômicas, sociais, culturais até chegar às militares. Por isso, não é que a DRU vai sobreviver, senão que está nascendo e a partir do fim do VI Congresso, crescendo para se converter numa alternativa para o povo boliviano.

R. Carrasco — PRIN — Eu queria assinalar uma grande diferença entre a DRU e a UDP. A UDP nasceu como um projeto de solução à crise econômica capitalista, para resolver os problemas do capitalismo. A DRU, porém tem uma projeção diferente, um projeto de libertação nacional, para tirar o país do impasse e para libertar as massas oprimidas.

Ainda que vocês tenham tradições diferentes, concepções diferentes, como avaliam o futuro da DRU, e da própria esquerda revolucionária de Bolívia. Por exemplo, acho que não foi ao acaso que escolheram o nome de DRU, que repete o do órgão que existiu em El Salvador antes da formação do FMLN.

C. Bohst — PS-1 — Pela primeira vez na história do movimento sindical boliviano, este adotou um programa econômico, o Plano Econômico de Emergência da COB. De outro lado, existia já uma base social unitária para tentar avançar na perspectiva de transformação social: a própria COB que aglutina a todos os setores explorados do País. Mas, continuou a faltar uma perspectiva mais estratégica, além das questões conjunturais que se coloca o Plano. Para resolver a equação precisamos de um instrumento político.

Mas, no plano político até o início deste ano a situação estava defasada. O PCB, o MIR e o MNRI, os três totalmente desgastados, e em relação ao Plano da COB, em aberta oposição. De outro lado, existiam os partidos da esquerda revolucionária, que faziam oposição à UDP e apoiavam à COB, mas estavam dispersos. Estava claro que tínhamos que reunir estes partidos, e então surgiu a DRU para criar essa base social organizada em torno ao Plano da COB, um instrumento político. É isto o que sustenta à DRU.

Como na América Central, na Bolívia estamos fazendo um esforço unitário. Se conseguirmos consolidá-lo, a história da Bolívia certamente poderá mudar.

Então nesse nível existe uma similitude com a situação centro-americana. Lá também por outras razões deu-se um agrupamento social visando enfrentar a crise econômica e a exploração, e surgiu com ele o instrumento político na base de uma direção unitária. Em lugar nenhum da América Latina pode esperar-se a repetição da experiência soviética do partido único. Como na América Central, na Bolívia estamos fazendo um esforço unitário. Se conseguirmos consolidá-lo, a história de Bolívia certamente poderá mudar.

CANAVIEIROS DE PERNAMBUCO

200 mil fazem greve vitoriosa

Durante vinte dias, duzentos mil trabalhadores rurais de Pernambuco foram à greve, conquistando importantes reivindicações econômicas. Já no primeiro dia foi assassinado o presidente do Sindicato de Passera. A ferro e fogo, os trabalhadores dos canaviais pernambucanos vão aumentando o seu nível de organização e derrotando a resistência patronal.

Durante vinte dias cerca de 200 mil trabalhadores açucareiros de Pernambuco estiveram em greve e foram vitoriosos. Essa greve foi deflagrada no dia 19 de setembro em assembleias realizadas nos sindicatos de São Lourenço da Mata, Iguassu, Paudalho, Moreno, Vitória de Santo Antão e Jaboatão, que são alguns dos mais fortes e tradicionais sindicatos rurais da Zona da Mata, região fundamental do plantio de cana. Nunca tinha havido, como falam alguns dirigentes sindicais, uma participação tão grande e importante para se dar início a uma greve camponesa no estado. A disposição de luta era forte.

Foi estruturado um elenco de reivindicações com 48 pontos, sendo que os principais eram os seguintes: salário unificado de Cr\$ 204 mil cruzeiros (com base em 100 do INPC, mais uma complementação de 7,4%, tendo em vista que a mera aplicação do INPC integral não repõe a perda de salário decorrente do aumento do custo de vida no estado durante 6 meses), manutenção da tabela de tarefas (é a tabela determinada pelo corte da cana), conquistada na greve de 1979; cumprimento da Lei do Sítio (que garante a cada trabalhador a posse de dois hectares de terra para o plantio de lavouras de subsistência); direito dos sindicatos a terem delegados sindicais eleitos pelos trabalhadores nos engenhos, delegados que não podem ser dispersados do serviço durante o seu mandato, e proibição da posse de armas de fogo nos locais de trabalho aos cabos, administradores, fiscais do campo e outros prepostos do patronato.

A greve se alastra

Os patrões tentam fazer uma jogada. Já na primeira reunião para discutir o dissídio coletivo, eles simplesmente dizem que aceitam negociar... contanto que não fossem as reivindicações salariais. Fazem um teatro. Como negociar se não aceitam discutir as reivindicações salariais e não apresentam nem mesmo uma proposta alternativa?

A greve foi ganhando adesões gradativamente e chegou a atingir cerca de 90% dos trabalhadores açu-

careiros, envolvendo 44 dos seus sindicatos, e com isso paralisando totalmente 17 usinas. E os patrões tentaram usar as pressões e a violência como forma de intimidação.

Já no início da greve, o presidente do Sindicato de Passera foi assassinado. A propaganda, desenvolvida inclusive pelos meios de comunicação de massa, como a televisão e o rádio, dizia que os trabalhadores estavam preparando atos violentos, que estavam queimando canaviais, etc. Tratavam com isso de amedrontar as classes médias e criar clima para justificar uma intervenção mais dura, mais brutal. De um lado o governo do estado, apoiador da "Frente Democrática", colocou em prontidão toda a polícia no Recife e na Zona da Mata. Prendeu todo carro "suspeito" que circulava na região. E, de forma conjunta com os patrões, tentou impedir o transporte de alimentos para os grevistas. Do outro, os patrões usaram a pressão, inclusive armada, para fazer com que trabalhadores não paralisassem, e contrataram trabalhadores de outras regiões (boias frias) visando com isso fazer refluir o processo de luta.

A greve caminhou, apesar de todas as pressões, para a vitória. E, os trabalhadores, pela sua unidade e pela justiça de suas reivindicações, mantiveram a luta até ela ser julgada, pelo Tribunal Regional do Trabalho do estado.

As conquistas obtidas

Das 48 reivindicações, antes do julgamento pelo TRT, 16 já haviam sido acordadas. Das restantes, 8 foram rejeitadas e 21 deferidas. Entre elas, as que os trabalhadores consideravam principais. Foi mantido o salário unificado, que era um dos pontos centrais da greve, e com a aplicação integral do INPC, gerando um salário de 190 mil cruzeiros. Embora menos que o inicialmente reivindicado, muito além do que os patrões queriam conceder. Esse salário, como todos sabem, é acima do salário mínimo, de fome do governo e acima do chamado salário normativo, que é apenas um pouco acima desse mínimo. Foi mantida



a tabela de Tarefas que, no fundamental, assegura o salário do trabalhador, já que determina categorias de tarefas para cada tipo de cana.

Foi assegurada também a estabilidade do delegado sindical, o que possibilita o desenvolvimento de um trabalho sindical mais profundo e seguro em toda a região. Em relação ao problema do armamento dos propositos dos patrões, o TRT não se sentiu com condições (se disse incompetente) para julgar.

Esta greve dos trabalhadores açucareiros não surgiu como um relâmpago em céu aberto. Na realidade, é produto de todo um processo de ascenso dos trabalhadores rurais no Estado, que vem se expressando em todo um processo de sindicalização e lutas durante os últimos anos. Esta greve é a quinta dos trabalhadores açucareiros em Pernambuco nos últimos cinco anos. Contudo, tem uma diferença importante em relação às anteriores: em relação ao seu nível de participação que foi muito mais elevado; em relação a profundidade da vitória pela divisão que causou ou aprofundou entre os patrões ligados à plantação de cana e os ligados às usinas de álcool e açúcar, e, inclusive, por se dar em um momento conjuntural de extrema importância política, onde uma vitória de um setor fundamental dos trabalhadores de Pernambuco tem sua importância por incentivar com seu exemplo milhares de trabalhadores na região.

Essa vitória é um prenúncio de novas e mais elevadas lutas na região nordestina.

Pela jornada de 40 horas sem redução de salário



A passeata dos metalúrgicos tomou conta do centro de Santo André

Para ter mais empregos e viver melhor

Por iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André foi lançada a campanha pela jornada de trabalho de 40 horas sem redução de salário. A importância desta campanha é inegável: pela primeira vez o movimento sindical brasileiro se propõe a tomar uma atitude ofensiva e unitária contra o desemprego. A Central Única dos Trabalhadores pretende

tomar esta campanha como um dos centros de sua atividade no próximo período e a lançou nacionalmente no último dia 10.

A campanha pelas 40 horas foi lançada oficialmente pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André no dia 17 de agosto em uma assembleia que contou com a presença de 600 operários da

categoria, representantes de dez entidades sindicais da região do ABC, além de deputados e vereadores.

Já no dia 2 de setembro foi realizado o I Encontro de Metalúrgicos pela Redução da Jornada de Trabalho, que contou com a presença de 120 metalúrgicos, representando as principais fábricas de Santo André.

Na exposição feita pelo economista Válder Barelli, diretor do DIEESE, ficou demonstrada a importância da redução da jornada de trabalho para a recuperação de empregos. De 1979 a 1984, a base metalúrgica de Santo André diminuiu de 60 para 40 mil metalúrgicos. Com a redução da jornada para 40 horas, seriam recuperados seis mil empregos. Ao nível estadual, para a categoria metalúrgica seriam recuperados 123 mil empregos. Se aplicada para o conjunto dos trabalhadores brasileiros e considerando que a jornada média de trabalho situa-se hoje em 48 horas, seriam recuperados cerca de três milhões de empregos.

Neste Encontro, foi formada tam-

bém uma comissão de mobilização para dirigir a campanha na categoria.

Viver Melhor

Um dia após o Encontro, a campanha já obtinha um primeiro resultado importante: 400 trabalhadores, entre metalúrgicos e borracheiros, recusaram-se a cumprir horas extras na Pirelli. No dia 10 de setembro, seria a vez de 600 trabalhadores da fábrica Brosol recusarem-se a cumprir horas extras. No dia 28, uma passeata de dois mil metalúrgicos tomou conta do centro de Santo André, na primeira grande manifestação pelas 40 horas sem redução do salário.

De acordo com Miguel Rupp, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, além da redução do desemprego, esta campanha visa "Viver Melhor" é acabar com a fadiga crônica, a falta de apetite, a frigidez sexual e ter direito ao lazer. E isso se consegue com uma jornada menor e menos estafante".